Hidrovias do Brasil – Navegação Norte S.A.

CNPJ/MF nº 14.820.318/0001-23

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 *(Valores expressos em milhares de reais – R$)*

Balanço Patrimonial

Ativos	Nota	2017	2016 (Reapresentado)
Circulantes		**48.746**	**30.219**
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.934	7.121
Títulos e valores mobiliários	5.1	16.516	16.965
Contas a receber	6	8.794	234
Estoques		357	499
Impostos a recuperar	7	10.111	716
Adiantamentos a terceiros	8	3.997	165
Despesas pagas antecipadamente		2.155	4.511
Garantias e depósitos caução		–	8
Créditos com partes relacionadas	18	2.533	–
Outros créditos		1.349	–
Não Circulantes		**525.528**	**446.582**
Aplicações financeiras vinculadas	5.2	28.458	–
Créditos com partes relacionadas	18	49.366	56.946
Despesas pagas antecipadamente		268	1.878
Impostos a recuperar	7	8	–
Outros créditos		–	5
Imobilizado	9	446.640	386.987
Intangível	10	788	766
Total Ativo		**574.274**	**476.801**

Passivos e Patrimônio Líquido	Nota	2017	2016 (Reapresentado)
Circulantes		**105.881**	**289.585**
Fornecedores	11	14.270	1.496
Risco sacado a pagar	12	40.775	35.605
Empréstimos e financiamentos	13	19.858	248.528
Obrigações sociais e trabalhistas	14	3.715	2.093
Obrigações tributárias		–	522
Contas a pagar com partes relacionadas	18	25.316	–
Receitas diferidas		1.847	–
Outras contas a pagar		100	1.341
Não Circulantes		**332.390**	**64.798**
Empréstimos e financiamentos	13	275.767	–
Contas a pagar com partes relacionadas	18	56.580	64.798
Processos judiciais	15	43	–
Patrimônio Líquido		**136.003**	**122.418**
Capital social	16	134.297	134.297
Reserva legal		85	–
Lucro (prejuízos) acumulados		1.621	(11.879)
Total do Passivo e Patriônio Líquido		**574.274**	**476.801**

Demonstração do Resultado

	Nota	2017	2016
Receita Líquida	20	179.034	48.615
Custo dos Serviços Prestados	21	(104.506)	(35.284)
Lucro Bruto		74.528	13.331
Receitas (Despesas) Operacionais			
Salários, encargos e benefícios	21	(1.528)	(977)
Gerais e administrativas	21	(617)	(94)
Serviços profissionais	21	(1.002)	(737)
Depreciação e amortização	21	(89)	(59)
		(3.237)	**(1.867)**
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro		**71.291**	**11.464**
Receitas financeiras	22	1.524	265
Despesas financeiras	22	(49.315)	(21.893)
Resultado financeiro	22	(47.791)	(21.628)
Lucro (Prejuízo) Operacional e Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		23.500	(10.164)
Imposto de Renda e Contribuição Social	**23**	**–**	**–**
Correntes		(9.916)	(953)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício		13.585	(11.117)
Lucro Líquido (Prejuízo) Por Ação – R$	17	0,1012	(0,0828)

Demonstração do Resultado Abrangente

	2017	2016
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	13.585	(11.117)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado Abrangente Total do Exercício	13.585	(11.117)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva legal	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31/12/2015	**92.238**	**–**	**(762)**	**91.476**
Aumento de capital em dinheiro em 26 de dezembro	42.059	–	–	42.059
Prejuízo do exercício	–	–	(11.117)	(11.117)
Saldos em 31/12/2016	**134.297**	**–**	**(11.879)**	**122.418**
Lucro líquido do exercício	–	–	13.585	13.585
Constituição de reserva legal	–	85	(85)	–
Saldos em 31/12/2017	**134.297**	**85**	**1.621**	**136.003**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	13.585	(11.117)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Provisões para bônus e gratificações	486	735
Provisão PIS/COFINS	–	10
Encargos de dívidas/risco sacado	36.920	16.564
Processos judiciais	43	–
Juros sobre aplicação financeira	–	(416)
Depreciação e amortização	8.847	5.542
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	(8.560)	(234)
Estoques	142	(499)
Garantias e depósitos caução	8	(8)
Impostos a recuperar	(9.403)	(84)
Adiantamentos a terceiros	(3.832)	(165)
Créditos com partes relacionadas	(2.533)	–
Despesas pagas antecipadamente	3.966	(2.159)
Outros créditos	(1.344)	4
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	8.614	1.112
Obrigações sociais e trabalhistas	1.136	(100)
Obrigações tributárias	(522)	468
Adiantamentos de clientes	1.847	–
Outras contas a pagar	(1.241)	1.224
Caixa gerado pelas atividades operacionais	48.159	10.877
Pagamento de juros sobre empréstimos/financiamentos	(10.835)	(19.354)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	37.324	(8.477)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(64.329)	(120.272)
Aquisição de ativo intangível	(33)	(756)
Títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas	(28.009)	(11.689)
Partes relacionadas	–	(56.897)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(92.371)	(189.614)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aporte de capital de acionistas	–	42.059
Captação de empréstimos	41.246	238.356
Risco sacado contratado	38.817	35.605
Amortização de principal – empréstimos	(12.024)	(80.000)
Amortização de risco sacado	(41.857)	–
Outras contas a pagar com partes relacionadas	24.678	(30.809)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	50.860	205.211
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.187)	7.120
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.121	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.934	7.121
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.187)	7.120

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional – Hidrovias do Brasil – Navegação Norte S.A. ("Sociedade"), constituída em 13/10/2011, e possui sua sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, 215 – 7º andar – Pinheiros, tem por objeto social a exploração do serviço de transporte hidroviário de carga geral, granéis líquidos e sólidos; a prestação de serviços de operações portuárias, cargas e descargas de barcaças e serviços de armazenagem de cargas; o serviço de transporte de carga geral e granéis sólidos na navegação do interior de percurso longitudinal intermunicipal, interestadual e internacional; a prestação de serviço de navegação interior; e o transporte, o armazenamento e o transbordo de carga geral, granéis sólidos e granéis líquidos. A Sociedade iniciou sua operação no primeiro trimestre de 2016, através dos serviços de navegação na região norte do país. Capital circulante líquido negativo Em 31/12/2017, a Sociedade apresentou nas demonstrações financeiras o capital circulante líquido negativo de R$57.135 (R$259.366 em 31/12/2016), decorrente, principalmente da expansão de suas operações. A Sociedade irá equalizar o capital circulante líquido negativo com a geração de caixa prevista para o ano de 2018. Adicionalmente, em caso de necessidade, a Sociedade conta com o apoio financeiro dos seus acionistas. **2. Base De Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras** – a) Declaração de conformidade As demonstrações financeiras da Sociedade compreendem as demonstrações financeiras preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. c) Demonstração do resultado abrangente: Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa que não reconhecidos na demonstração de resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos e pelas interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. No caso da Sociedade, esses itens poderão ser revertidos para a demonstração do resultado quando da liquidação das operações ou pela alienação das investidas. d) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. e) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os CPCs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas estão relacionadas à avaliação do valor de recuperação de ativos intangíveis e à determinação da vida útil do ativo imobilizado (nota explicativa nº 9). f) Reapresentação dos valores correspondentes a 31/12/2016. Em decorrência do assunto mencionado na nota explicativa nº 12, os valores correspondentes ao exercício findo em 31/12/2016, foram reapresentados para contemplar os efeitos do descumprimento de determinados indicadores não financeiros (covenants) que resultaram na reclassificação da dívida registrada no passivo não circulante para o passivo circulante, no montante de R$248.528. **3. Principais Práticas Contábeis –** As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. a) Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos. A Sociedade reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado: Os ativos avaliados a valor justo por meio do resultado são os ativos financeiros: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas para obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Esses ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado. (ii) Passivos financeiros não derivativos. A Sociedade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são liquidadas, canceladas ou vencidas. A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, operações de risco sacado a pagar e fornecedores. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos. b) Reconhecimento da receita: Compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita é reconhecida quando efetivamente realizada, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: (a) haja evidência da existência de contrato; (b) o serviço tenha sido efetivamente prestado; (c) o preço esteja fixado e determinado; e (d) o recebimento seja provável. As receitas são reconhecidas no momento da prestação do serviço contratado. c) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração: Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas por redução ao valor recuperável acumulado. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e os custos de empréstimos e financiamentos sobre ativos qualificáveis. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica, a taxas anuais de: móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos eletrônicos e informática – 10%; instalações e benfeitorias – 10%; sistema de aplicativos – 20%; veículos – 20%; empurradores, barcaças e navios – 6,7%. d) Ativos intangíveis: Ativos intangíveis são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estão disponíveis para uso. e) Redução ao valor recuperável: Um ativo financeiro e não financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de maneira confiável. A Sociedade avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Durante o exercício não ocorreram eventos que indicassem a necessidade de revisão do valor recuperável nos ativos financeiros e ativos não financeiros. f) Provisões: Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Sociedade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. g) Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Sociedade e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. h) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são calculados, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, pela alíquota regular de 15% acrescida de alíquota adicional de 10% para o imposto de renda e alíquota de 9% para a contribuição social sobre o lucro. No entanto, a Sociedade não tem apurado lucro tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre os prejuízos fiscais serão contabilizados quando houver expectativa de geração de lucros tributáveis. Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para o exercício findo em 31/12/2017. As normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 01/01/2017, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas normas no Brasil (CPCs) novos e revisados, aplicáveis à Sociedade, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para o exercício:

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IAS 7	Iniciativas de Divulgação
	Reconhecimento de Impostos Diferidos
Alterações à IAS 12	Ativos para Perdas a Realizar
Melhorias Anuais	Ciclo de IFRS 2014-2016

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Sociedade são abaixo apresentadas.

A Sociedade pretende adotá-las quando entrarem em vigência.

Pronunciamento	Descrição
CPC 48	Instrumentos Financeiros (a)
CPC 47	Receitas de Contratos com Clientes (a)
CPC 06 (R2)	Arrendamentos (b)

(a) Em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 01/01/2018. (b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 01/01/2019. CPC 48 – Instrumentos Financeiros: Esse pronunciamento aborda a classificação a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. O CPC 48 (emitido em dezembro de 2016 e aprovado pela CVM na mesma data), que é a norma equivalente do IFRS 9 no Brasil, requer a classificação dos ativos financeiros em três categorias: mensurados ao valor justo através do resultado (VJR), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao custo amortizado. A norma será aplicável de 01/01/2018. A determinação da classificação dos ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e a base da classificação depende do modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros e das características contratuais do fluxo de caixa de tais ativos financeiros. Com relação aos passivos financeiros, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo CPC 38, sendo a principal mudança nos passivos financeiros e que a entidade adotou a opção do valor justo, onde a porção de mudança do valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado. O CPC 48 também substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base nas probabilidades ponderadas. O impacto efetivo da adoção do CPC 48 nas demonstrações financeiras da Sociedade em 2018 não pode ser estimado com confiança em 31/12/2017, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Sociedade detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a entidade fará no futuro. No entanto, em uma avaliação preliminar a Sociedade estima os seguintes impactos da adoção do CPC 48 com base em sua posição em 31/12/2017: • Aumento significativo das divulgações, por conta do CPC 48 para a divulgação dos critérios de classificação e mensuração, perda esperada e "hedge accounting" (se aplicável). • Os novos requerimentos de classificação de ativos financeiros não trarão impacto significativo com relação às classificações atualmente adotadas de acordo com o CPC 38. • A Sociedade não designou ou pretende designar passivos financeiros como valor justo (VJ), sendo assim, não há qualquer impacto esperado na classificação de passivos financeiros de acordo com os requerimentos do CPC 48. • As perdas por redução ao valor recuperável não são reconhecidas de acordo com o CPC 48 e nem serão com a mudança no IFRS 9. • As alterações esperadas pela contabilidade de hedge teriam um impacto imaterial; A Sociedade pretende aproveitar a isenção que lhe permite apresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção do CPC 48, serão reconhecidas nos lucros acumulados e reservas a partir de 2018. CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes: O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por qual montante a receita é mensurada. O CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento das receitas, incluindo o CPC 30(IAS18) Receitas. A receita na prestação de serviço é reconhecida atualmente quando ocorre a conclusão da viagem para cada etapa dentro de cada corredor (norte e sul) e serviço de cabotagem. A Sociedade possui contratos com determinados clientes cuja tarifa é calculada pela prestação do serviço do corredor como um todo e não pelas etapas segregadas entre transbordo, transporte e elevação. Dessa forma, o reconhecimento das receitas a partir de 2018 ocorrerá pela conclusão do serviço de todo o corredor iniciando em transbordo e terminando em elevação. Caso a aplicação do CPC 47 ocorresse ainda para 2017, o impacto dessa alteração na forma de contabilização é a redução da receita em montante aproximado R$5.346. CPC 06-R2 – Arrendamentos: O CPC 06-R2 introduz o modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. O CPC 06-R2 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo CPC06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15, e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 01/01/2019. Os possíveis impactos da adoção desta norma para as demonstrações financeiras da Sociedade estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2017	2016
Caixa e bancos	2.934	7.121
	2.934	7.121

5. Aplicações Financeiras – 5.1. Títulos valores mobiliários

	2017	2016
Fundo Itaú PP Portfólio	16.516	16.965
	16.516	16.965

Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Itaú PP Portfólio, referenciado na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com remuneração média de 101,6% do CDI (100,9% em 31/12/2016). A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras. 5.2. Aplicações financeiras vinculadas: Em 2017, a Sociedade constituiu um fundo de investimento que está atrelado aos empréstimos e financiamentos, conforme abaixo:

	2017	2016
Fundo Soberano (*)	28.458	–
	28.458	–

(*) Refere-se a investimento no fundo BNP Paribas Soberano FIC FI RF, sujeitos a variação da taxa de juros SELIC, com remuneração de 96,95% da Selic. A carteira do fundo é composta por títulos públicos federais de emissão do Tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil, pré-fixados ou indexados à variação do CDI, ou, ainda, por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. **6. Contas a Receber –** Em 31/12/2017, a composição e os vencimentos dos saldos de contas a receber de clientes é conforme segue:

	2017	2016
Clientes nacionais	8.794	234
	8.794	234

Composição do contas a receber por idade de vencimento	2017	2016
A vencer	7.723	–
Vencidos até 30 dias	791	–
Vencido há mais de 180 dias	280	234
	8.794	234

7. Impostos a Recuperar – Em 31/12/2017, a composição dos impostos a recuperar é conforme segue:

	2017	2016
ICMS a recuperar	1.212	691
PIS a recuperar	732	(36)
COFINS a recuperar	3.370	(164)
IRPJ a recuperar	3.612	208
CSLL a recuperar	1.174	9
Outros	19	8
	10.119	**716**
Circulante	10.111	716
Não circulante	8	–
	10.119	716

8. Adiantamentos a Terceiros – Composto basicamente por despesas de afretamento das embarcações do corredor sul.

9. Imobilizado – A composição do ativo imobilizado em 31/12/2017 e de 2016 é como segue:

	Máquinas e equipamentos	Móveis e Utensílios	Instalações e Benfeitorias	Equipamentos Eletrônicos e informática	Empurradores, barcaças e navios	Veiculo	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2016	**61**	**–**	**–**	**218**	**167.888**	**–**	**218.820**	**386.987**
Adições	214	5	87	74	98	43	67.968	68.489
Transferências	–	–	–	–	87.724	–	(87.724)	–
Depreciação	(11)	–	(5)	(72)	(8.746)	(2)	–	(8.836)
Saldo em 31/12/2017	264	5	82	220	246.964	41	199.064	446.640
Custo histórico	276	5	87	341	261.194	43	199.064	461.010
Depreciação acumulada	(12)	–	(5)	(121)	(14.230)	(2)	–	(14.370)

	Máquinas e equipamentos	Móveis e Utensílios	Instalações e Benfeitorias	Equipamentos Eletrônicos e informática	Empurradores, barcaças e navios	Veiculo	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 2015	**–**	**–**	**–**	**44**	**–**	**–**	**269.839**	**269.883**
Adições	62	–	–	223	222	–	122.131	122.638
Transferências	–	–	–	–	173.150	–	(173.150)	–
Depreciação	(1)	–	–	(49)	(5.484)	–	–	(5.534)
Saldo em 2016	61	–	–	218	167.888	–	218.820	386.987
Custo histórico	62	–	–	268	173.372	–	218.820	392.522
Depreciação acumulada	(1)	–	–	(50)	(5.484)	–	–	(5.535)

Teste de redução ao valor recuperável de ativos – "impairment". De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPCs) os itens de ativo imobilizado que apresentam indicadores de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados anualmente para determinar a necessidade de registro de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Nos exercícios findos em 31/12/2017 e de 2016, com base nos estudos efetuados, não foi identificado a necessidade de registro de provisão para redução a seu valor recuperável.

10. Intangível –A movimentação do intangível em 31/12/2017 é conforme segue:

	Software	Intangível em andamento	Total
Taxa anual de amortização – %	20	–	–
Custo:			
Saldo em 2015	18	–	18
Adições	35	721	756
Saldo em 2016	53	721	774
Adições	33		33
Saldo em 2017	86	721	807
Amortização acumulada:			
Saldo em 2015			
Amortização	(8)	–	(8)
Saldo em 2016	(8)	–	(8)
Amortização	(11)		(11)
Saldo em 2017	(19)		(19)
Valor residual líquido:			
Saldo em 2016	45	721	766
Saldo em 2017	67	721	788

Os softwares adquiridos estão atrelados principalmente a software de serviços portuários.

11. Fornecedores

	2017	2016
Fornecedores nacionais	14.270	1.459
Fornecedores estrangeiros	–	37
	14.270	1.496

O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de até 30 dias. A Sociedade coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados. O saldo apresentado na conta de fornecedores a pagar reflete os investimentos na construção dos empurradores. **12. Risco Sacado a Pagar** – A Sociedade firmou contratos de risco sacado conforme a seguir demonstrado. Esses contratos, substancialmente, transferem as obrigações dos credores originais aos bancos abaixo mencionados. Esses contratos não alteraram os vencimentos e respectivos valores devidos.

Instituições financeiras	Saldo inicial	Novas operações	Mora	Amortização	Saldo final
ABC	12.723	27.359	2.525	(24.713)	17.894
FIBRA	22.882	7.569	5.409	(12.979)	22.881
BB	–	3.889	276	(4.165)	–
	35.605	38.817	8.210	(41.857)	40.775

13. Empréstimos e Financiamentos

	Vencimento final	Taxa de juros – a.a.	2017	2016
Empréstimo para financiamento do projeto (Banco do Brasil e BNDES)	Jun/32	3,94% + TJLP	295.625	248.528

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é conforme segue:

	Saldo inicial 2016	Captação	Juros incorridos	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Saldo final 2017
Empréstimo	248.528	41.246	28.710	(12.024)	(10.835)	295.625
	248.528	41.246	28.710	(12.024)	(10.835)	295.625
Classificados como: **Circulante**	248.528					19.858
Não circulante	–					275.767

Garantias: Os empréstimos e financiamentos possuem garantias da Hidrovias do Brasil através de avais, notas promissórias ou depósitos em contas bancárias. Descumprimento no atendimento de determinados "covenants" não financeiros e reapresentação em 31/12/2016 De acordo com comunicação recebida do credor, ocorreu o inadimplemento no cumprimento de determinados "covenants" não financeiros. Conforme carta recebida do Banco do Brasil em 14/11/2017, informando que a Administração da Controladora final (Hidrovias do Brasil S.A.) realizou, no dia 11/11/2016 na sede do BNDES, com participação dos demais credores integrantes do Sindicato de Bancos do Projeto Norte (Basa, BB e Itaú BBA), reunião presencial a fim de evidenciar, antes dos prazos requeridos pelos contratos de financiamento, a impossibilidade de se cumprir alguns "covenants" não financeiros, fato que iniciou em um processo de discussão com todos os credores em relação à forma mais adequada para as partes envolvidas (credores, controladora final e Sociedade) de como sanar as pendências apontadas. Desde essa comunicação prévia feita pela Controladora final da Sociedade, o credor, optou por sua mera discricionariedade, conforme prevê o contrato de financiamento, a não acelerar o vencimento antecipado da dívida. O processo de negociação foi concluído com a assinatura do seguinte acordos:

Data	Instituição financeira	Acordo de anuência
28/09/2017	Banco do Brasil	Anuência ("waiver") para saneamento dos descumprimentos contratuais no âmbito do contrato de abertura de crédito para financiamento mediante repasse de recursos do BNDES nº 20/01156-3, e do contrato de cessão fiduciária de direitos, cessão condicional, administração de contas e outras avenças

Cláusulas restritivas: Os contratos de financiamento possuem as seguintes cláusulas restritivas vigentes: 1. Manter a relação Patrimônio líquido/ativo total maior ou igual a 0,2. 2. As SPEs também possuem determinadas cláusulas relativas a "covenants" não financeiros (operacionais).

14. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2017	2016
Provisão para bônus e gratificações	1.221	735
Férias e 13º salários e encargos	1.685	725
INSS a recolher	428	410
IRRF a recolher	220	149
FGTS a recolher	133	74
Outros	28	–
Total	3.715	2.093

15. Processos Judiciais – Em 31/12/2017 a Sociedade possui 2 (dois) processos trabalhistas, tendo como objeto da ação horas intrajornada, FGTS, danos morais e adicional de viagens avaliadas como perda provável totalizando o valor de R$43 (R$0 em 31/12/2016). A Sociedade possui processos avaliados como perda possível na data de 31/12/2017 totalizando o valor de R$ 1.451. **16. Capital Social** – Em 31/12/2017, o capital social é de R$134.297 (R$134.297 em 31/12/2016), representado por 134.297.228 ações. A composição de acionistas em 31/12/2017 e de 2016 está detalhada a seguir:

Acionistas	2017 Ações	%	2016 Ações	L%
Holding Norte S.A.	134.292.228	99	134.292.228	99
Hidrovias do Brasil – Miritituba S.A.	5.000	1	5.000	1
	134.297.228	100	134.297.228	100

Reserva Legal: De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 31/12/2017 a Sociedade constituiu o montante de R$85. **17. Resultado por Ação**: O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Sociedade em 31/12/2017 e de 2016 e na respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação no exercício, conforme o quadro a seguir:

	2017	2016
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	13.585	(11.117)
Média ponderada de ações	134.297	134.297
Lucro líquido (prejuízo) do exercício por lote de mil ações	0,1012	(0,0828)

18. Partes Relacionadas – Remuneração do pessoal-chave da Administração. A Sociedade optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31/12/2017 e de 2016. A Sociedade não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores, entidades sob controle comum ou influência significativa

	Ativos 2017	Ativos 2016	Passivos 2017	Passivos 2016
Hidrovias do Brasil S.A.	231	70	(57.704)	(12.461)
Vila do Conde S.A.	48.857	35.691	(8.751)	(7.914)
Miritituba S.A.	2.533	21.176	(8.363)	(44.423)
Girocantex S.A.	–	–	(4.962)	–
Pricolpar S.A.	–	–	(1.264)	–
Cikelsol	–	–	(849)	–
Outros	278	9	(3)	–
Total	51.899	56.946	(81.896)	(64.798)
Circulante	2.533	–	25.316	–
Não circulante	49.366	56.946	56.580	64.798

Receita:	Resultado 2017	Resultado 2016
Hidrovias Intermediação	1.364	–
	1.364	–

Custo:	Resultado 2017	Resultado 2016
Miritituba S.A.	7.584	–
Vila do Conde S.A.	7.584	–
Cikelsol S.A.	423	458
Pricolpar S.A.	421	454
Girocantex S.A.	4.490	–
Total	**20.502**	**912**

Em 31/12/2016, os valores referem-se principalmente a mútuos com empresas relacionadas sem cobrança de juros. Em 31/12/2017, os saldos e transações ativos com a Miritituba S.A. referem-se a operações comerciais. Os demais saldos referem-se a mútuos sem cobrança de juros. De acordo com os contratos firmados, a liquidação de todos os saldos foi efetuada no segundo trimestre de 2018. **19. Instrumentos Financeiros** – 19.1. Instrumentos financeiros por categoria. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Sociedade, conforme segue:

	2017	2016
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa	2.934	7.121
Títulos e valores mobiliários	16.516	16.965
Aplicações financeiras vinculadas	28.458	–
Contas a receber de clientes	8.794	234
Garantia e depósito caução	–	8
Partes relacionadas	51.899	56.946
Outros créditos	1.349	5
Passivos: Passivo pelo custo amortizado:		
Fornecedores	14.270	1.496
Risco sacado a pagar	40.775	35.605
Empréstimos e financiamentos	295.625	248.528
Partes relacionadas	81.896	64.798
Outras contas a pagar	100	1.341

19.2. Gerenciamento de risco: Gerenciamento de risco financeiro: *Visão geral:* Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas e taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Sociedade. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração, que atua ativamente na gestão operacional. A Sociedade tem como prática gerir os potenciais riscos tendo como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Alta Administração são: • Risco de crédito • Risco de liquidez • Risco de taxa de juros. Estrutura de gerenciamento de risco: *Risco de crédito:* É o risco de a Sociedade sofrer prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados por aplicações financeiras. De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões internas e realizadas pela controladora final para tomada de decisão. Há acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. O valor contábil do instrumento financeiro que representa exposição máxima ao risco de crédito nas datas das demonstrações financeiras é:

	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	2.934	7.121
Títulos e valores mobiliários	16.516	16.965
Contas a receber de clientes	8.794	234
Garantias de depósitos caução	–	8
Aplicações financeiras vinculadas	28.458	–
Partes relacionadas	51.899	56.946
Outros créditos	1.349	5

Risco de liquidez: É o risco de que a Sociedade possui de eventualmente encontrar dificuldades em cumprir obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem no gerenciamento do risco de liquidez é garantir o pagamento das obrigações, motivo pelo qual há o objetivo de manter disponibilidade em caixa para cumprimento das obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou o risco de prejudicar a reputação da Sociedade. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Fornecedores (nota explicativa nº 11)	14.270	–	–	–
Risco sacado (nota explicativa nº 12)	40.775	–	–	–
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 13)	19.858	15.533	15.533	244.701

Risco da taxa de juros: O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros na data das demonstrações financeiras foi:

	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	2.934	7.121
Títulos e valores mobiliários	16.516	16.965
Empréstimos e financiamentos	295.625	248.528
Aplicações financeiras vinculadas	28.458	–

Análise de sensibilidade: A Sociedade realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros, conforme demonstrado a seguir: *Variação das taxas de juros:* O cálculo da sensibilidade foi baseado nos indexadores contratuais seja aplicações financeiras ou dívida aos quais a Sociedade estava exposta na data-base 31/12/2017, e foram definidos três cenários diferentes. A Sociedade preparou três cenários de análise de sensibilidade. O cenário I considera as taxas de juros futuros observadas na data base das demonstrações financeiras e os cenários II e III consideram uma apreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

Instrumentos financeiros	Risco	Taxa estimada	Total	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Títulos e valores mobiliários	Selic	7,00%	16.516	1.156	867	578
Aplicações financeiras vinculadas	Selic	7,00%	28.458	1.992	1.494	996
Empréstimos e financiamentos	CDI	7,00%	295.625	(20.694)	(25.867)	(31.041)
				(17.546)	(23.506)	(29.467)

20. Receita Líquida

	2017	2016
Serviços de elevação	187.510	58.373
Impostos sobre faturamento	(8.476)	(9.758)
Total da receita líquida	179.034	48.615

21. Custos e Despesas

	2017	2016
Salários, encargos e benefícios	(19.444)	(10.025)
Depreciações e amortizações	(8.847)	(5.542)
Manutenção	(8.974)	(2.260)
Seguros	(3.293)	(2.177)
Combustível	(29.056)	(8.590)
Serviços de terceiros	(16.465)	(873)
Aluguéis	(10.917)	(2.472)
Fretes	(78)	(147)
Viagens e passagens	(889)	(870)
Amarradeiro	(72)	(508)
Copa e cozinha	(1.728)	(1.152)
Agenciadores	(74)	(9)
Operacionais e segurança	(5.520)	(1.440)
Taxas diversas	(1)	(144)
Outros custos e despesas	(2.384)	(942)
Total	(107.742)	(37.151)
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(104.506)	(35.284)
Salários, encargos e benefícios	(1.528)	(977)
Gerais e administrativas	(617)	(94)
Serviços profissionais	(1.002)	(737)
Depreciações e amortizações	(89)	(59)
Total	(107.742)	(37.151)

22. Resultado Financeiro

	2017	2016
Receitas:		
Rendas de aplicações financeiras	1.439	214
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(74)	(10)
Atualizações monetárias e cambiais	150	61
Outras	9	–
Total	1.524	265
Despesas:		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(28.710)	(16.654)
Encargos sobre risco sacado (mora)	(8.210)	(3.870)
Multas financeiras	(10.286)	–
Atualizações monetárias e cambiais	(362)	(27)
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	(1.457)	(764)
Outras	(290)	(578)
Total	(49.315)	(21.893)
Resultado financeiro	(47.791)	(21.628)

23. Imposto de Renda e Contribuição Social – Os tributos sobre o lucro no Brasil compreendem o imposto de renda e a contribuição social. A alíquota estatutária aplicável nos exercícios apresentados é de 34%. O total de tributos sobre o lucro demonstrado no resultado do exercício está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	2017	2016
Resultado antes do IRPJ e da contribuição social	23.500	(10.164)
Alíquota nominal	34%	34%
	(7.990)	3.456
Expectativa de crédito de IRPJ e contribuição social		
Efeitos tributários sobre-		
Ajustes permanentes:		
Outros	–	(4)
Outros benefícios a funcionários	(115)	(47)
Ajustes temporários:		
Provisão PLR	(267)	(250)
Provisão para fornecedores	–	–
Provisão para processos judiciais	(15)	–
Outras provisões	(1.529)	(111)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não constituídos	–	(2.091)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(9.916)	(953)
Corrente	(9.916)	(953)
Receita/Despesa de IRPJ e CSLL contabilizado no resultado	(9.916)	(953)
Alíquota efetiva	(42%)	(9%)

24. Compromissos e Garantias – A Sociedade possui contratos de longo prazo com os seguintes clientes: a) NIDERA, com validade de 10 anos a partir de 2016. b) NOBLE, com validade de 10 anos a partir de 2016. c) MULTIGRAIN, com validade de 10 anos a partir de 2016 – ver nota explicativa de eventos subsequentes.**25. Cobertura de Seguros –** A Sociedade mantém a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos visando cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades envolvendo as suas embarcações e barcaças. A importância segurada em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é como segue:

	2017	2016
Riscos operacionais		
Casco/máquinas e responsabilidade civil (embarcações a casco nu)	447.518	550.021

26. Transações que Não Afetaram o Caixa – Durante o exercício findo em 31/12/2017 e 2016, as seguintes transações não caixa da Sociedade apresentaram: a) Adições ao imobilizado com provisão de fornecedores de R$4.160 (R$2.366 em 31/12/2016). **27. Eventos Subsequentes** – a) Em 23/03/2018 a Sociedade realizou a quitação antecipada da dívida com o BNDES através do Banco do Brasil no montante de R$295.625, através da entrada de recursos advindos da emissão do "bond" (são títulos de dívidas emitidos no exterior pela subsidiária direta da Holding Hidrovias do Brasil, Hidrovias International Finance S.à r.l. sediada em Luxemburgo). O montante do bond emitido, em 24/01/2018, totalizou U$600.000, para liquidação das atuais dívidas do Corredor Norte (incluindo as da Hidrovias do Brasil Navegação Norte), e para a redução dos custos financeiros, gerando maior eficiência de fluxo de caixa. b) Em 29/06/2018, mediante acordo entre as partes, o contrato de serviços com o cliente Multigrain, com vencimento inicial em 16/04/2027 foi encerrado. Esse distrato gerou a Sociedade reembolso no montante de R$132.459 recebido em junho de 2018. c) Foi aprovada a incorporação da Sociedade pela HB Vila do Conde até o final do exercício de 2018. **28. Aprovação das Demonstrações Financeiras** – A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Sociedade em 21/12/2018.

René Pinto da Silva – Diretor **Rogério Lima** – Diretor **Franciele Sluminski Melo** – Contadora CRC 1SP 295.460/O-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Hidrovias do Brasil – Navegação Norte S.A. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da Hidrovias do Brasil - Navegação Norte S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hidrovias do Brasil - Navegação Norte S.A. em 31/12/2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Conforme descrito na nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras, a Sociedade realizou operações financeiras denominadas "risco sacado". Contudo, em 31/12/2017 determinados ajustes relativos a essas operações não foram adequadamente contabilizados. Consequentemente, o ativo imobilizado e o patrimônio líquido estão apresentados a maior em aproximadamente R$ 4.100 mil e o prejuízo do exercício está apresentado a menor em aproximadamente R$ 1.500 mil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfases:** Capital circulante líquido negativo Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Sociedade apresenta capital circulante líquido negativo de R$57.135 mil no exercício findo em 31/12/2017 (R$259.366 mil em 31/12/2016). Essa situação é decorrente do fato de a Sociedade estar no início de suas operações e, consequentemente, indica sua dependência de recursos financeiros de seus acionistas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Reapresentação dos valores correspondentes Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve que a Sociedade reclassificou os empréstimos e financiamentos anteriormente registrados no passivo não circulante para o passivo circulante em 31/12/2016. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21/12/2018

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura Contador CRC nº 1 SP 179631/O-2

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL

9º SUBDISTRITO VILA MARIANA

OFICIAL - BEL JOÃO BAPTISTA MARTELLETO

Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

ANDRÉ TAKESHI MAEMURA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO DESIGNER, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (18/04/1985), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE SHIGETOMO MAEMURA E DE JUNKO MAEMURA. **LILIAN YAMASHITA NODA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO RELAÇÕES PÚBLICAS, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (26/02/1985), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JULIO KIOSHI NODA E DE EMIKO YAMASHITA NODA.

FLAVIO LUIS FIGUNDIO QUEIROZ, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO JORNALISTA, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (27/05/1977), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ FRANCISCO QUEIROZ E DE VERA LUCIA FIGUNDIO QUEIROZ. **ROGÉRIO SECOMANDI MESTRINER,** ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO AUTOR ROTERISTA, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (19/11/1981), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE APARECIDO MESTRINER E DE FATIMA APARECIDA SECOMANDI MESTRINER.

WAGNER LEONARDI JUNIOR, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PROGRAMADOR, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (08/06/1989), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE WAGNER LEONARDI E DE GISLAINE MARA LEONARDI. **PAULA HAGE,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO PRODUTORA DE MODA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (30/01/1990), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE PAULO MARON HAGE E DE MARIA ELISA HAGE.

FABRICE CRAUSAZ, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO , NASCIDO EM PAYERNE, SUIÇA NO DIA (25/04/1990), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SUIÇA, FILHO DE RENÉ MARCEL CRAUSAZ E DE ANITA HÉLÈNE CRAUSAZ. **KELLY YOSHIMI KANAMORI,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO MÉDICA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (28/06/1987), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE SUEO KANAMORI E DE SELMA TAKAKO IKEDO KANAMORI.

DÉCIO RONDON E SILVA JÚNIOR, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO QUÍMICO, NASCIDO EM GUARULHOS, SP NO DIA (14/06/1987), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ODÉCIO RONDON E SILVA E DE SILVIA CHACUR RONDON E SILVA. **MARIANA MARZOQUE DE PAIVA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO PSICÓLOGA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (17/06/1984), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE EDSON LUIZ DE PAIVA E DE ELIANA APARECIDA MARZOQUE DE PAIVA.

ANDRÉ FONTANA GARCIA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ADVOGADO, NASCIDO EM LIMEIRA, SP NO DIA (24/08/1988), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE NAOR GARCIA FILHO E DE MUSSI FONTANA GARCIA. **STEFANIE MOREIRA VICENTE FERRAZ**, ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ADVOGADA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (16/09/1987), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE ANTONIO VICENTE FERRAZ E DE MARIA BERNADETE MOREIRA.

PAULO HENRIQUE CAPOBIANCO DIRANI, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO ADVOGADO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (29/06/1982), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE SILVIO ALBERTO DIRANI E DE SILVIA MARIA ARRUDA CAPOBIANCO DIRANI. **MARIANA CARVALHO DOS SANTOS TAVARES,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO MÉDICA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (08/01/1983), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE LAERCIO TAVARES E DE MARIA DE FATIMA CARVALHO DOS SANTOS TAVARES.

ANTONIO BRUNO FRANZONI, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ENGENHEIRO, NASCIDO EM SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP NO DIA (24/02/1979), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE ANTONIO FRANZONI E DE MARIA APARECIDA SANCHES FRANZONI. **LÍVIA CABRAL DI PIETRA NASCIMENTO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ANALISTA DE SISTEMAS, NASCIDA EM BELO HORIZONTE, MG NO DIA (16/09/1986), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE CLÁUDIO DI PIETRA NASCIMENTO E DE ROSA MARIA CABRAL.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais afixados em cartório.

East Coast Brasil Participações S.A.

CNPJ/MF nº 11.442.037/0001-96 - NIRE nº 35.300.369.599

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 18/10/2018

Data, Hora e Local: 18/10/2018, às 10 horas, na sede, Rua Tenente Negrão nº 90, 12º andar, sala 12, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa: Ana Maria Paes Cardoso Alves** - Presidente; **Eduardo Antônio Sodré de Oliveira** - Secretário. **Deliberações Aprovadas: 1.** o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31/12/2012; 31/12/2013; 31/12/2014; 31/12/2015; 31/12/2016 e 31/12/2017. **2.** reeleição dos Srs. **Ana Maria Paes Cardoso Alves**, brasileira, divorciada, RG nº 27.224.671-2, CPF/MF nº 280.591.148-24, ao cargo de **Diretora Presidente**; e, **Eduardo Antônio Sodré de Oliveira**, brasileiro, divorciado, comerciante, RG nº 27.997.683-5, CPF/MF nº 265.577.948-76, ao cargo de **Diretor Operacional**, ambos residentes em São Pauo/SP, com mandatos de 1 ano, mantendo-se vagos os demais cargos da Diretoria até a realização próxima Assembleia Geral. Os Diretores reeleitos declaram, que não estão impedidos do exercício de atividades mercantis. Ratificam-se todos os atos praticados pelos diretores no exercício de suas funções. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 18/10/2018. **Ana Maria Paes Cardoso Alves** - Presidente; **Eduardo Antônio Sodré de Oliveira** - Secretário. Advogado: Juliana Mauro Vicentini - OAB/SP: 185.786. JUCESP nº 549.810/18-3 em 28/11/2018. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

João Ometto Participações S.A.

NIRE 35.300.196.511 - CNPJ/MF nº 47.796.594/0001-52

Extrato da Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 22.11.2018

Data, Hora e Local: 22.11.2018, às 10 horas, na sede, Rua Geraldo Flausino Gomes, 61 14° andar, conjunto 141, Edifício Panambi, São Paulo/SP. **Presença:** totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: João Guilherme Sabino Ometto; Secretário: Guilherme Fontes Ribeiro. **Deliberações Tomadas**: **(i)** o relatório da administração, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.03.2018, publicados no dia 14.11.2018, no Caderno Empresarial do DOESP (página 13), e no jornal "O Dia SP" (página 7). Os acionistas declaram ter tido acesso a todos esses documentos anteriormente a realização desta assembleia, considerando sanada a falta de publicação dos anúncios de que trata o artigo 133, na forma de seu § 4º, da Lei 6.404/76. **(ii)** O resultado do exercício findo em 31.03.2018, no valor de R$ 122.240.822,66, acrescido do valor de R$ 4.899.624,44 decorrente da realização de mais-valia de deemed cost de investidas e diminuído dos valores de R$ 18.049.020,33 decorrente de constituição de reserva de incentivos fiscais reflexo, terá a seguinte destinação: **(a)** Reserva Legal de 5% no valor de R$ 6.112.041,13; **(b)** Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas no montante de R$ 29.032.195,38; e **(c)** Transferência para Reserva de Retenção de Lucros no valor de R$ 73.947.190,26. **(iii)** Os acionistas resolveram que a remuneração global anual da diretoria para o exercício social em curso, com início em 01.04.2018 e término em 31.03.2019 será de até R$ 701.700,00. **(iv)** Os acionistas ratificam o pagamento de dividendos complementares referentes ao exercício findo em 31/03/2017 no valor de R$ 11.056.125,51 pagos contra a conta de reserva de retenção de lucros. Encerramento: Nada mais. São Paulo, 22.11.2018. Acionistas: João Guilherme Sabino Ometto, Giovanna Mirone Ometto e San Giovanni Participações Ltda. (p. João Guilherme Sabino Ometto). JUCESP 588.965/18-2 em 19.12.2018. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda.

CNPJ/MF nº 24.292.471/0001-89

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 *(Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanço Patrimonial

Ativos	Nota	2017	2016 Reapresentado
Circulantes		**48.391**	**7.064**
Caixa e equivalentes de caixa		26	18
Títulos e valores mobiliários	4.1	2	1.804
Contas a receber	5	43.135	3.893
Estoques	6	829	1.327
Impostos a recuperar		2.496	22
Adiantamentos a terceiros		1.736	–
Despesas pagas antecipadamente		167	–
Não Circulantes		**661.869**	**663.119**
Aplicações financeiras vinculadas	4.2	13.151	–
Imobilizado	7	423.238	429.100
Intangível	8	225.480	234.019
Total do Ativo		**710.260**	**670.183**

Passivos e Patrimônio Líquido	Nota	2017	2016 Reapresentado
Circulantes		**25.265**	**586.609**
Fornecedores		985	26
Financiamentos	9	15.694	472.215
Obrigações sociais e trabalhistas	12	1.837	45
Obrigações tributárias		4.132	1.166
Contas a pagar com partes relacionadas	12	8	–
Outras contas a pagar	1	2.609	113.157
Não Circulantes		**459.141**	**18.883**
Financiamentos	9	459.141	–
Outras contas a pagar	1	–	18.883
Patrimônio Líquido		**225.854**	**64.691**
Capital social	10	220.475	63.400
Lucros acumulados		5.379	1.291
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**710.260**	**670.183**

Demonstração do Resultado

	Nota	2017	2016
Receita líquida	13	133.564	3.533
Custo dos serviços prestados	14	(109.934)	(1.120)
Lucro bruto		23.630	2.413
Receitas (despesas) operacionais		**(1.027)**	**(302)**
Salários, encargos e benefícios	14	(436)	(302)
Gerais e administrativas	14	(119)	–
Serviços profissionais	14	(467)	–
Depreciação e amortização	14	(5)	–
Lucro antes do resultado financeiro		**22.603**	**2.111**
Resultado financeiro	15	(19.158)	(156)
Lucro antes do IRPJ e CSLL		**3.445**	**1.955**
Imposto de Renda	**16**	**643**	**(664)**
Correntes		–	(664)
Diferidos		643	–
Lucro líquido do exercício		**4.088**	**1.291**

Demonstração do Resultado Abrangente

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	4.088	1.291
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total do exercício	**4.088**	**1.291**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Capital social Subscrito	Capital social A integralizar	Capital social Integralizado	Lucros Acumulados	Total
Aumento de capital	10	220.000	(156.600)	63.400	–	63.400
Lucro líquido do exercício		–	–	–	1.291	1.291
Saldos em 31/12/2016		**220.000**	**(156.600)**	**63.400**	**1.291**	**64.691**
Aumento de capital	10	–	156.600	156.600	–	156.600
Integralização de capital	10	475	–	475	–	475
Lucro líquido do exercício		–		–	4.088	4.088
Saldos em 31/12/2017		**220.475**	**–**	**220.475**	**5.379**	**225.854**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	4.088	1.291
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	6.915	(1.432)
Variação cambial sobre outras contas a pagar	1.183	–
Encargos de dívidas sobre empréstimos e financiamentos e dívida da Log-in	15.419	1.778
Juros sobre aplicação financeira	(270)	(190)
Depreciação e amortização	27.161	924
Imposto de renda e contribuição social	(643)	664
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(39.242)	(3.893)
Estoques	498	(1.327)
Impostos a recuperar	(2.474)	(22)
Adiantamentos a terceiros	(1.736)	–
Despesas pagas antecipadamente	(167)	–
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	959	26
Obrigações sociais e trabalhistas	1.792	45
Obrigações tributárias	2.966	368
Contas a pagar com partes relacionadas	8	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) operações	16.457	(1.768)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(5.294)	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**11.163**	**(1.768)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(12.760)	–
Títulos e valores mobiliários	1.532	(1.614)
Pagamento pela aquisição de negócio	(129.431)	(60.000)
Aplicações financeiras vinculadas	(13.151)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(153.810)	(61.614)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralizações de capital	157.075	63.400
Captação de empréstimos	588	–
Amortização de principal – empréstimos	(15.008)	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**142.655**	**63.400**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**8**	**18**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18	–
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	26	18
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**8**	**18**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional – A Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda. ("Sociedade"), constituída em 07/01/2016, possui sua sede na Rua Gilberto Sabino, 215, 7º andar, Pinheiros, São Paulo-SP, tem por objetivo social o transporte marítimo de cabotagem – carga, transporte marítimo de longo curso – Carga, Transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia. Tais atividades estão sob a regulamentação, supervisão e fiscalização da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ. Aspectos regulatórios: Em 01/12/2016, foi publicado no DOU a Resolução nº 5120, de 30/11/2016, por meio da qual a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) emitiu autorização para a Sociedade operar como Empresa Brasileira de Navegação, na navegação de cabotagem. Em 20/12/2016, o Tribunal Marítimo emitiu o certificado de registro de armador para a Sociedade. Com esta autorização e registro a Sociedade deu início a sua operação no Brasil. Aquisição de Negócio: Em 23/12/2016, a controladora Hidrovias do Brasil S.A. através de sua controlada direta Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda. ("HB Cabotagem") adquiriu da Log-In – Logística Intermodal S.A. "Log-In" os direitos e obrigações de um único contrato comercial de transporte de bauxita, com vigência de 19 anos, no trecho entre Porto Trombetas/PA e Barcarena/PA e 2 navios com capacidade de 85.000 ton cada, denominados HB Tucunaré e HB Tambaqui. O objetivo da aquisição foi o de ampliar as modalidades de transporte realizadas pela Sociedade, passando a incorporar a atividade de Cabotagem em seu portfólio. A aquisição foi concluída em 23/12/2016, conforme detalhado a seguir: Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 14/09/2016, o Conselho aprovou a aquisição dos ativos da Log-In e em 23/12/2016, as condições precedentes foram atingidas e o controle das operações foram assumidas pela Sociedade. A contraprestação transferida foi de R$191.175, composto da seguinte forma: • Pagamento em caixa de R$200.000, sendo R$60.000 em 23/12/2016 e o restante em 14 parcelas mensais e consecutivas corrigidas pelo IGP-M. • Desconto acordado pelas partes no valor de US$2.700 mil, equivalente a R$8.205 na data da transação, o qual será abatido proporcionalmente conforme o cronograma do pagamento em caixa. A Administração concluiu que essa aquisição de ativos é uma combinação de negócio, de acordo com o pronunciamento técnico CPC15 (R1) – "Combinação de negócios", registrando os ativos e passivos adquiridos a valor justo na data da aquisição. A alocação definitiva dos ativos e passivos a valor justo é conforme segue:

HB Cabotagem

	Alocação preliminar Custo histórico	Alocação preliminar Ajustes a valor justo	Alocação preliminar Ativos e passivos a valor justo	Alocação final Custo histórico	Alocação final Ajustes a valor justo	Alocação final Ativos e passivos a valor justo
Ativos não circulantes:						
Imobilizado	421.852	7.748	429.600	421.852	7.748	429.600
Intangível	–	234.414	234.414	–	161.293	161.293
Ágio	–	–	–	–	73.121	73.121
Passivos circulantes:						
Financiamentos	(30.331)	–	(30.331)	(30.331)	–	(30.331)
Passivos não circulantes:						
Financiamentos	(442.508)	–	(442.508)	(442.508)	–	(442.508)
Contraprestação transferida	(50.987)	242.162	191.175	(50.987)	242.162	191.175
Ativos líquidos adquiridos			(50.987)			(50.987)
Preço pago alocado:						
Mais valia imobilizado			7.748			7.748
Mais valia intangível			234.414			161.293
Ágio			–			73.121
Contraprestação transferida			191.175			191.175

Comparabilidade das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31/12/2016 contemplam 8 dias de operação. Reapresentação dos valores comparativos: Os valores comparativos relativos ao exercício findo em 31/12/2016 foram reapresentados para contemplar a alocação final do preço de aquisição, baseada no laudo de avaliação econômico-financeira datado de 22/12/2017. Os ajustes efetuados não produziram efeito no lucro líquido no período findo em 31/12/2016, como anteriormente apresentadas. Em adição, conforme divulgado na nota explicativa nº 9, foram efetuadas reclassificações no saldo de financiamentos do não passivo não circulante para o passivo circulante, em função do descumprimento de determinados "covenants".

Os efeitos foram os seguintes:

Balanço Patrimonial (2016)	Originalmente apresentado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
Total do ativo circulante	**7.064**	**–**	**7.064**
Imobilizado (a)	444.637	(15.537)	429.100
Intangível (a)	343.257	(109.238)	234.019
Total do ativo não circulante	**787.894**	**(124.775)**	**663.119**
Total do ativo	**794.958**	**(124.775)**	**670.183**
Financiamentos (b)	22.516	449.699	472.215
Obrigações tributárias	1.166	–	1.166
Outras contas a pagar (a)	113.262	(105)	113.157
Demais passivos circulantes	71	–	71
Total dos passivos circulantes	137.015	449.594	586.609
Financiamentos (b)	449.699	(449.699)	–
Outras contas a pagar	18.883	–	18.883
Impostos diferidos (a)	124.670	(124.670)	–
Total dos passivos não circulantes	**593.252**	**(574.369)**	**18.883**
Capital social	63.400	–	63.400
Reserva de lucros	1.291	(1.291)	–
Lucros acumulados	–	1.291	1.291
Total do patrimônio líquido	**64.691**	**–**	**64.691**

(a) Ajustes baseados no laudo de avaliação econômico-financeiro datado de 22/12/2017. (b) Reclassificação decorrente de "cross default" pelo descumprimento no atendimento de determinados "covenants" não financeiros. Em adição, na demonstração do fluxo de caixa relativo ao período findo em 31/12/2016, foi efetuada a reclassificação de R$60.000, referente ao pagamento em caixa pela aquisição de negócio, da atividade de financiamento para a atividade de investimento. **2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras** – **a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Sociedade compreendem as demonstrações financeiras preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **c) Demonstração do resultado abrangente:** Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos e pelas interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC. No caso da Sociedade, esses itens poderão ser revertidos para a demonstração do resultado quando da liquidação das operações. **d) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas estão relacionadas à avaliação do valor de recuperação de ativos tangíveis e intangíveis e à determinação da vida útil do ativo imobilizado (nota explicativa nº 7 e 8). **3. Principais Práticas Contábeis** – As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente a partir da constituição da Sociedade e início de suas operações em 2016. **a) Combinação de negócios:** Nas demonstrações financeiras, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição (CPC 15 (R1) – Combinação de negócios). A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. **b) Instrumentos financeiros:** (i) Ativos financeiros não derivativos: A Sociedade reconhece os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são quotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado: Os ativos avaliados a valor justo por meio do resultado são os ativos financeiros: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas para obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Esses ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado. (ii) Passivos financeiros não derivativos: A Sociedade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são liquidadas, canceladas ou vencidas. A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamento e fornecedores. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio de método de juros efetivos. c) Reconhecimento da receita: As receitas com prestação de serviços compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita é reconhecida quando efetivamente realizada, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: (a) haja evidência da existência de contrato; (b) o serviço tenha sido efetivamente prestado; (c) o preço esteja fixado e determinado; e (d) o recebimento seja provável. As receitas de cabotagem são reconhecidas proporcionalmente à evolução das viagens. d) Imobilizado – Reconhecimento e mensuração: Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados ao custo de aquisição, e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica. e) Ativos intangíveis: Os direitos que compõem o saldo do ativo intangível referem-se a contrato de cabotagem proveniente da aquisição de ativos da Log-In, e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada, se aplicável. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear utilizando as vidas úteis estimadas remanescentes na data da aquisição. f) Estoques: Os estoques representam principalmente combustíveis utilizados nas embarcações da Sociedade, sendo apresentados pelo custo médio. g) Redução ao valor recuperável de ativos: Um ativo é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de maneira confiável. A Sociedade avaliará os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. h) Provisões: Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Sociedade tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e for provável que um recurso econômico será exigido para liquidar a obrigação. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para o exercício findo em 31/12/2017: As normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 01/01/2017, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas normas no Brasil (CPCs) novos e revisados, aplicáveis à Sociedade, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para o exercício:

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IAS 7	Iniciativas de divulgação
Alterações à IAS 12	Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas a realizar
Melhorias Anuais	Ciclo de IFRSs 2014-2016

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Sociedade são abaixo apresentadas. A Sociedade pretende adotá-las quando entrarem em vigência.

Pronunciamento	Descrição
CPC 48	Instrumentos Financeiros (a)
CPC 47	Receitas de Contratos com Clientes (a)
CPC 06 (R2)	Arrendamentos (b)

(a) Em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 01/01/2018. (b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 01/01/2019. **CPC 48 – Instrumentos Financeiros:** Esse pronunciamento aborda a classificação a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. O CPC 48 (emitido em dezembro de 2016 e aprovado pela CVM na mesma data), que é a norma equivalente do IFRS 9 no Brasil, requer a classificação dos ativos financeiros em três categorias: mensurados ao valor justo através do resultado (VJR), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao custo amortizado. A norma será aplicável de 01/01/2018. A determinação da classificação dos ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e a base da classificação depende do modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros e das características contratuais do fluxo de caixa de tais ativos financeiros. Com relação aos passivos financeiros, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo CPC 38, sendo a principal mudança nos passivos financeiros e que a entidade adotou a opção do valor justo, onde a porção de mudança do valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado. O CPC 48 também substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base nas probabilidades ponderadas. O impacto efetivo da adoção do CPC 48 nas demonstrações financeiras da Sociedade em 2018 não pode ser estimado com confiança em 31/12/2017, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Sociedade detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a entidade fará no futuro. No entanto, em uma avaliação preliminar a Sociedade estima os seguintes impactos da adoção do CPC 48 com base em sua posição em 31/12/2017: • Aumento significativo das divulgações, por conta do CPC 48 para a divulgação dos critérios de classificação e mensuração, perda esperada e hedge accounting (se aplicável); • Os novos requerimentos de classificação de ativos financeiros não trarão impacto significativo com relação às classificações atualmente adotadas de acordo com o CPC 38; • A Sociedade não designou ou pretende designar passivos financeiros como valor justo (VJ), sendo assim, não há qualquer impacto esperado na classificação de passivos financeiros de acordo com os requerimentos do CPC 48; • As perdas por redução ao valor recuperável não são reconhecidas de acordo com o CPC 48 e nem serão com a mudança no IFRS 9; • As alterações esperadas pela contabilidade de hedge teriam um impacto imaterial; A Sociedade pretende aproveitar a isenção que lhe permite apresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção do CPC 48, serão reconhecidas nos lucros acumulados e reservas a partir de 2018. **CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes:** O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por qual montante a receita é mensurada. O CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento das receitas, incluindo o CPC 30(IAS18) Receitas. A receita na prestação de serviço é reconhecida atualmente quando ocorre a conclusão da viagem para o serviço de cabotagem. **CPC 06-R2 – Arrendamentos:** O CPC 06-R2 introduz o modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. O CPC 06-R2 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo CPC06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15, e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 01/01/2019. Os possíveis impactos da adoção desta norma para as demonstrações financeiras da Sociedade estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma. **4. Aplicações Financeiras – 4.1. Títulos e Valores Mobiliários**

	2017	2016
Fundo Itaú PP Portfólio	2	1.804
	2	**1.804**

Referem-se a aplicações financeiras no Fundo Itaú PP Portfólio, referenciado na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com remuneração média de 100,9% em 31/12/2016. A carteira do fundo era composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, quotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

4.2. Aplicações Financeiras Vinculadas

	2017	2016
BNP Paribas Soberano FIC FI RF	13.151	–
	13.151	**–**

Referem-se a aplicações no fundo BNP PARIBAS SOBERANO FIC FI RF, sujeitos a variação da taxa de juros SELIC, com remuneração de 96,95% da Selic. A carteira do fundo é composta por títulos públicos federais de emissão do Tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil, pré-fixados ou indexados à variação do CDI, ou, ainda, por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. **5. Contas a Receber** – Em 31 de dezembro, a composição e os vencimentos dos saldos de contas a receber de clientes é conforme segue:

	2017	2016
Clientes nacionais – saldos a vencer	43.135	3.893
	43.135	**3.893**

6. Estoques – Os estoques referem-se principalmente a adiantamento a fornecedor de combustíveis no final do exercício. Os combustíveis são utilizados nas embarcações (navios) da Sociedade. **7. Imobilizado** – A composição e movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Custo	Máquinas e equipamentos	Equipamentos Eletrônicos e informática	Empurradores, barcaças e navios	Imobilizado em andamento	Total
Adições	–	–	429.600	–	429.600
Saldo em 31/12/2016	–	–	429.600	–	429.600
Adições	1.179	6	–	11.575	12.760
Saldo em 31/12/2017	1.179	6	429.600	11.575	442.360
Depreciação acumulada					
Depreciação	–	–	(500)	–	(500)
Saldo em 31/12/2016	–	–	(500)	–	(500)
Depreciação	(48)	–	(18.574)	–	(18.622)
Saldo em 31/12/2017	(48)	–	(19.074)	–	(19.122)
Saldo liquido					
Saldo em 31/12/2016	–	–	429.100	–	429.100
Saldo em 31/12/2017	1.131	6	410.526	11.575	423.238
Taxa anual de depreciação – % a.a.	10	25	4 a 5	–	–

Em 31/12/2017 não foi identificado ajuste ao valor recuperável (impairment) no ativo imobilizado. **8. Intangível** – Refere-se aos direitos e obrigações de um contrato comercial firmado entre a Log-In e a Alunorte – Alumina do Norte do Brasil S.A., em 20/04/2009, o qual será amortizado pelo prazo remanescente de 19 anos. A movimentação do intangível em 31/12/2017 é conforme segue:

Custo	Software	Contratos	Ágio	Total
Adições (*)	29	161.293	73.121	234.443
Saldo em 31/12/2016	29	161.293	73.121	234.443
Saldo em 31/12/2017	29	161.293	73.121	234.443
Amortização acumulada				
Amortização	–	(424)	–	(424)
Saldo em 31/12/2016	–	(424)	–	(424)
Amortização	(2)	(8.537)	–	(8.539)
Saldo em 31/12/2017	(2)	(8.961)	–	(8.963)
Saldo líquido				
Saldo em 31/12/2016	29	160.869	73.121	234.019
Saldo em 31/12/2017	27	152.332	73.121	225.480
Taxa anual de amortização – % a.a.	20	6	–	

(*) Para os saldos de contratos e ágio, vide nota explicativa nº 1. Em 31/12/2017 não foi identificado ajuste ao valor recuperável (impairment) no ativo intangível.

9. Financiamentos	Vencimento final	Taxa de juros – a.a.	2017	2016
BNDES	10/06/2032	2,5% – 3,9% a.a. + Ptax 800 BCB	474.835	472.215
Classificados como:				
Circulante			15.694	472.215
Não circulante			**459.141**	–

A movimentação dos financiamentos é conforme segue:

Banco	Saldo Inicial 2016	Captação	Juros Incorridos	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Variação cambial	Saldo Final 2017
Financiamentos	472.215	588	15.419	(15.008)	(5.294)	6.915	474.835
	472.215	588	15.419	(15.008)	(5.294)	6.915	474.835

Em 23/12/2016, a Sociedade em negociação com a Log-In assumiu o contrato de Cédula de Crédito Bancário com o BNDES, no valor total de R$472.839, referente à aquisição de 2 navios graneleiros, cujos os pagamentos ocorrerão mensalmente com a liquidação final prevista para 10/06/2032. Estão dados em garantia os ativos adquiridos (os dois navios, Tucunaré e Tambaqui) e o contrato comercial firmado com a Alunorte. Os financiamentos possuem cláusulas restritivas contratuais, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros como cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais. Em 31/12/2017 e 2016, os vencimentos a longo prazo, têm a seguinte composição:

	2017
2019	29.513
2020	29.513
2021	29.513
2022	29.513
2023	29.513
De 2024 a 2032	311.576
Total	459.141

10. Capital Social – Em 31/12/2017, o capital social integralizado é de R$220.475 (R$63.400 em 31/12/2016), representado por 220.475.000 (duzentos e vinte milhões quatrocentos e setenta e cindo mil) quotas, sem valor nominal, cuja composição é demonstrada abaixo:

Quotistas	2017 Quotas	2017 %	2016 Quotas	2016 %
Hidrovias do Brasil S.A.	220.474.999	99,99	63.399.999	99,99
Hidrovias do Brasil – Marabá S.A.	1	0,01	1	0,01
	220.475.000	**100**	**63.400.000**	**100**

Em 02/09/2016, foi aprovado o aumento de capital no valor de R$220.000 mediante o registro de 220.000.000 quotas, o qual será integralizado em até 24 meses desta data. Em 14/10/2016, os quotistas da Sociedade aumentaram o capital social em R$8.000, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, referentes a 8.000.000 de quotas sem valor nominal. Em 23/12/2016, os quotistas da Sociedade aumentaram o capital social em R$52.400, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, referentes a 52.400.000 de quotas sem valor nominal. Em 26/12/2016, os quotistas da Sociedade aumentaram o capital social em R$3.000, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, referentes a 3.000.000 de quotas sem valor nominal. Em 29/12/2017, os quotistas da Sociedade aumentaram o capital social em R$156.600, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, referentes a 156.000.000 de quotas sem valor nominal. A Sociedade não possui previsão para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios no contrato social. **11. Partes Relacionadas** – Remuneração do pessoal-chave da Administração: A Sociedade optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31/12/2017 e de 2016. A Sociedade não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores, entidades sob controle comum ou influência significativa:

	Passivo 2017	Passivo 2016	Resultado 2017	Resultado 2016
Hidrovias do Brasil S.A.	2.609	132.040	(10.677)	(1.745)

12. Instrumentos Financeiros – 12.1. Instrumentos financeiros por categoria: Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Sociedade, conforme segue:

	2017	2016
Ativos:		
Empréstimos e recebíveis:		
Caixa e equivalentes de caixa	26	18
Títulos e valores mobiliários	2	1.804
Aplicações financeiras vinculadas	13.151	–
Contas a receber de clientes	43.135	3.893
Passivos:		
Outros passivos financeiros:		
Fornecedores	985	26
Contas a pagar com partes relacionadas	8	–
Financiamentos	474.835	472.215
Outras contas a pagar	2.609	113.157

12.2. Gerenciamento de risco: Gerenciamento de risco financeiro: **Visão geral** – Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas e taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Sociedade. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração, que atua ativamente na gestão operacional. A Sociedade tem como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora; essa prática tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Alta Administração são: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de taxa de juros; • Risco inflacionário e cambial. Estrutura de gerenciamento de risco: **Risco de crédito** – É o risco de a Sociedade sofrer prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados por aplicações financeiras. De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões de comitê para tomadas de decisão. Há acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. O valor contábil do instrumento financeiro que representa exposição máxima ao risco de crédito nas datas das demonstrações financeiras é:

	2017	2016
Contas a receber	43.135	3.893

Risco de liquidez: É o risco de que a Sociedade possui de eventualmente encontrar dificuldades em cumprir obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem no gerenciamento do risco de liquidez é garantir o pagamento das obrigações, motivo pelo qual há o objetivo de manter disponibilidade em caixa para cumprimento das obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou o risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	26	18
Títulos e valores mobiliários	2	1.804
Outras contas a pagar	2.609	113.157

	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Fornecedores	985	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	15.694	29.513	29.513	400.115
Outras contas pagar	2.609	–	–	–

Risco de taxa de juros: O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros na data das demonstrações financeiras foi:

	2017	2016
Ativos: Títulos e valores mobiliários	2	1.804
Aplicações financeiras vinculadas	13.151	–
Passivos: Empréstimos e financiamentos	474.835	472.215

Risco inflacionário e cambial: O risco de perda inflacionaria é decorrente da flutuação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) e o risco cambial é decorrente da oscilação da taxa de câmbio, os quais podem afetar financiamentos e outras contas a pagar para aquisição de negócios conforme demonstrado a seguir:

	2017	2016
Outras contas a pagar	2.609	113.157
Financiamentos	474.835	472.215

Análise de sensibilidade: A Sociedade realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros, conforme demonstrado a seguir: Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Sociedade estava exposta na data-base 31/12/2017, foram definidos três cenários diferentes. A Sociedade preparou 3 cenários de análise de sensibilidade. O cenário I considera as taxas de juros futuros observadas na data base das demonstrações financeiras e os cenários II e III consideram uma apreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

Instrumentos financeiros	Risco	Taxa estimada	Total	I	II	III
Aplicações financeiras vinculadas	Selic	7,00%	13.151	921	690	460
Outras contas a pagar	Selic	7,00%	2.609	183	137	91

Em 31/12/2017 e 2016, a Sociedade não possuía operações com derivativos.

13. Receita Líquida	2017	2016
Serviços de cabotagem	147.708	3.893
Impostos sobre faturamento	(14.144)	(360)
Total da receita líquida	**133.564**	**3.533**

14. Custos e Despesas	2017	2016
Salários, encargos e benefícios	(17.206)	(178)
Depreciações e amortizações	(27.161)	(924)
Manutenção	(3.438)	–
Seguros	(2.913)	–
Combustível	(19.951)	–
Serviços de terceiros	(2.250)	(273)
Agenciadores	(19.625)	–
Amarradeiro	(6.683)	
Aluguéis	(302)	(27)
Viagens e passagens	(825)	–
Copa e cozinha	(1.060)	–
Operacionais e segurança	(318)	–
Materiais operacionais	(5.662)	–
Outros custos e despesas	(3.567)	(20)
Total	**(110.961)**	**(1.422)**
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(109.934)	(1.120)
Salários, encargos e benefícios	(436)	(302)
Gerais e administrativas	(119)	–
Serviços profissionais	(467)	–
Depreciações e amortizações	(5)	–
Total	**(110.961)**	**(1.422)**

15. Resultado Financeiro	2017	2016
Receitas:		
Rendas de aplicações financeiras	270	190
(-) PIS e Cofins sobre receita financeira	(24)	–
Atualização dívida sobre outras contas a pagar	5.112	
Atualizações monetárias e cambiais	–	1.432
Total	**5.358**	**1.622**
Despesas:		
Encargos de dívidas sobre empréstimos e financiamentos	(15.419)	(1.778)
Atualizações monetárias e cambiais sobre empréstimos e financiamentos	(6.915)	–
Atualizações monetárias e cambiais sobre outras contas a pagar	(1.183)	
Imposto sobre operações financeiras – IOF	(125)	–
Multa sobre empréstimo	(820)	
Outros	(54)	–
Total	(24.516)	(1.778)
Resultado financeiro	(19.158)	(156)

16. IRPJ e CSLL – Os tributos sobre o lucro compreendem o IRPJ e a CSLL. A alíquota estatutária aplicável nos períodos apresentados é de 34%. O total de tributos sobre o lucro demonstrado no resultado do exercício está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	2017	2016
Lucro/Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	3.445	1.955
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	(1.171)	(665)
Ajustes temporários: Provisão bônus	(10)	1
Outras provisões	1.824	–
Imposto de Renda e Contribuição Social	643	(664)
IRPJ e CSLL contabilizados no resultado	643	(664)
Alíquota efetiva	(19%)	34%

17. Transações que não afetaram o Caixa – As transações que não afetaram o caixa em 31/12/2017 e 2016 estão listadas abaixo. Durante o ano findo em 31/12/2016, as transações que não afetaram o caixa foram as transações da combinação de negócio, divulgados na nota explicativa nº 1. **18. Compromissos e Garantias** – A Sociedade possui Contratos de longo prazo com o seguinte cliente: • ALUNORTE, no Corredor Norte, com validade de 25 anos a partir de 2010, referente a prestação de serviços de cabotagem, com prazo remanescente de 19 anos – ver nota explicativa de eventos subsequentes. **19. Cobertura de Seguros** – Os navios Tambaqui e Tucunaré são contemplados por dois tipos de cobertura securitária: casco e máquinas e P&L (Protect and Indemnity). Casco e máquinas: Esta cobertura no montante de R$287.690 tem como objetivo segurar danos sofridos nos cascos das embarcações, suas máquinas e todos os aparelhos, motores, instalações, equipamentos, peças, suprimentos e demais pertences ou partes da embarcação, com limite máximo de indenização referente ao valor total do ativo. P&L (Protect and Indemnity): Esta cobertura contempla a responsabilidade por danos a terceiros para armadores, operadores e afretadores. Como por exemplo, responsabilidade por carga, poluição, naufrágio, colisão com outras embarcações, processos judiciais, vítimas fatais e invalidez permanente. Com limite máximo de indenização em torno de USD 500.000. **20. Eventos Subsequentes** – a) A partir do primeiro trimestre de 2018, a Sociedade passou a registrar IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal e contribuição social negativa, baseando-se no pleito de lucro da exploração (incentivo fiscal da SUDAM). b) Em 02/04/2018, a Sociedade firmou contratos de hedge tendo em vista proteger o risco de variação cambial relacionada aos financiamentos em moeda estrangeira. c) Em fevereiro de 2018 a Alunorte foi obrigada por autoridades brasileiras a reduzir sua fabricação de alumina após denúncias de vazamentos de efluentes contendo elementos perigosos, como chumbo. O reinicio da produção total pela Alunorte está prevista para ocorrer até meados de 2019, no máximo. Essa redução na fabricação não afeta a operação da Sociedade. **21. Aprovação das Demonstrações Financeiras** – A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada para emissão pela Diretoria em 14/12/2018.

René Pinto da Silva – Diretor | **Rogério Lima** – Diretor | **Franciele Sluminski Melo** – Contadora CRC 1SP 295.460/O-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda. em 31/12/2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** *Reapresentação dos valores correspondentes:* Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, a qual informa que a Sociedade reclassificou os financiamentos anteriormente registrados no passivo não circulante para o passivo circulante em 31/12/2016. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 18/12/2018. **Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes** CRC nº 2 SP 011.609/O-8. **Ismar de Moura** Contador CRC nº 1 SP 179.631/O-2

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
DISTRITO DE JD. SÃO LUÍS
OFICIAL - DRª EVANICE CALLADO RODRIGUES DOS SANTOS
Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

MICHELY APARECIDA DOS SANTOS SILVA E **SOLANGE ISABEL DOS ANJOS**, SENDO A PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, SOLTEIRA, CABELEIREIRA, NASCIDA EM GUARULHOS - SP, AOS 10/02/1984, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DE LUIZ ANTONIO DA SILVA E DE NEIDE GONÇALVES DOS SANTOS SILVA; E A PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, SOLTEIRA, TÉCNICA DE FARMÁCIA, NASCIDA EM SÃO PAULO - SP, AOS 21/06/1980, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DE JOAQUIM FRANCISCO DOS ANJOS E DE ZENILDA ISABEL DA SILVA.

CLAUDIO SANTANA ALVES E **MARIA APARECIDA MARCOS**, SENDO O PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, SOLTEIRO, VIGILANTE, NASCIDO EM SÃO PAULO - SP, AOS 06/06/1967, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE JOAQUIM MOREIRA ALVES E DE MARIA DO ROSARIO ALVES; E O PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILERIO, SOLTEIRO, VENDEDORA, NASCIDO EM SÃO PAULO - SP, AOS 04/05/1969, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE ALMERINDO NARCOS E DE MARIA DA CONCEIÇÃO MARCOS.

DOUGLAS MARCOS ALVES E **JAQUELINE RODRIGUES DOS SANTOS**, SENDO O PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, SOLTEIRO, AGENTE DE SANEAMENTO, NASCIDO EM SÃO PAULO, - SP, AOS 14/08/1987, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE CLAUDIO SANTANA ALVES E DE MARIA APARECIDA MARCOS; E A PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, SOLTEIRA, PROMOTORA DE VENDAS, NASCIDA EM RIBEIRÃO PIRES - SP, AOS 30/04/1986, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DE CLIDEMIR LEANDRO DOS SANTOS JUNIOR E DE ROMY RODRIGUES SCHIRMER.

JOÃO PAULO AMANCIO E **SAMAI MAIA ALMEIDA**, SENDO O PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, SOLTEIRO, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, NASCIDO EM SÃO PAULO - SP, AOS 25/01/1978, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE JOÃO RUFINO AMANCIO E DE LUCIA DE PAULA AMANCIO; E A PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, SOLTEIRA, OPERADORA DE HIPERMERCADO, NASCIDA EM SÃO LUÍS - MA, AOS 30/09/1994, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DE EDILSON MENDES ALMEIDA E DE JOSELINA MAIA ALMEIDA.

ALBERTO ANGEL MAYTA SIRPA E **MICHELLE CANDIDA DA ROCHA**, SENDO O PRETENDENTE: NACIONALIDADE BOLIVIANO, SOLTEIRO, MARCENEIRO, NASCIDO EM BOLIVIA, AOS 10/08/1975, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE LAZARO MAYTA MAMANI E DE FELIPA SIRPA TORREZ; E A PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, SOLTEIRA, DE SERVIÇOS GERAIS, NASCIDA EM SÃO PAULO - SP, AOS 11/03/1982, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DE MANOEL JOSE DA ROCHA E DE DIVINA GERALDA CANDIDA.

SERGIO PEREIRA DE SÁ E **WAGNA PEREIRA**, SENDO O PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, DIVORCIADO, PEDREIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO - SP, AOS 02/07/1969, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE JOSÉ PEREIRA DE SÁ E DE MADALENA NASCIMENTO SÁ; E A PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, DIVORCIADA, DO LAR, NASCIDA EM JOSELÂNDIA - MA, AOS 22/03/1982, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DE LUIS ANTONIO PEREIRA E DE RAIMUNDA ROSA DA CONCEIÇÃO PEREIRA.

JEDIAEL DA CUNHA SILVA E **ANDRÉA CRISTINA SILVA**, SENDO O PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, DIVORCIADO, MOTORISTA, NASCIDO EM MACEIÓ - AL, AOS 01/12/1975, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE ANTONIO FIRMINO DA SILVA E DE SEBASTIANA MARIA DA CUNHA; E A PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, SOLTEIRA, PROFESSORA, NASCIDA EM SÃO PAULO - SP, AOS 27/06/1973, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DE AGUINALDO AMARO SILVA E DE MARIA DO CARMO NASCIMENTO.

JEFFERSON XAVIER DE BARROS E **CARINA MORAIS DE PAULA**, SENDO O PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, DIVORCIADO, DESIGNER, NASCIDO EM SÃO PAULO - SP, AOS 12/09/1983, RESIDENTE E DOMICILIADO SÃO PAULO - SP, FILHO DE JAIR DE BARROS E DE ELISABETE XAVIER DE BARROS; E A PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, SOLTEIRO, DO LAR, NASCIDA EM COTIA - SP, AOS 14/02/1996, RESIDENTE E DOMICILIADA SÃO PAULO - SP, FILHA DE JOSE CLARINDO DE PAULA E DE MARIA APARECIDA DE MORAIS PAULA.

DIHOGO CASSIMIRO TEIXEIRA E **THAIS SOARES DOS ANJOS**, SENDO O PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, DIVORCIADO, ANALISTA DE SISTEMAS, NASCIDO EM RECIFE - PE, AOS 06/04/1991, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE MANOEL FIRMINO TEIXEIRA JUNIOR E DE DEBORA CASSIMIRO TEIXEIRA; E A PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, SOLTEIRA, PROFESSORA DE MÚSICA, NASCIDA EM SÃO PAULO - SP, AOS 31/05/1992, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DE EDIMIR MARTINS DOS ANJOS E DE ARMANDA SOARES DE JESUS DOS ANJOS.

VINICIUS SEMEÃO AFONSO E **SUSANE DA SILVA PARDINHO**, SENDO O PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, SOLTEIRO, ANALISTA FINANCEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO - SP, AOS 16/10/1989, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE ADÃO ALVES AFONSO E DE IRLANDA SEMEÃO AFONSO; E A PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, SOLTEIRA, ASSISTENTE FINANCEIRO, NASCIDA EM SÃO PAULO - SP, AOS 30/11/1991, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DE JOSÉ PEREIRA PARDINHO E DE ROSELI MARIA DA SILVA.

FRANCISCO ARNALDO SORIANO DE SOUSA E **PERCÍLIA FLORES DOS SANTOS**, SENDO O PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, SOLTEIRO, CARPINTEIRO, NASCIDO EM TIMON - MA, AOS 24/03/1989, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE ANTONIO DE SOUSA E DE IVONETE SORIANO DA SILVA; E A PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, SOLTEIRA, ESTETICISTA, NASCIDA EM CÂNDIDO SALES - BA, AOS 12/02/1991, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DE JOAQUIM JOSÉ DOS SANTOS E DE JOELITA MARIA DE JESUS FLORES.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais afixados em cartório.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CHO TAEKWON-DO CENTER CLUBE, Através de seu presidente, vem por meio deste CONVOCAR os associados a seguir relacionados: Luis Antonio Capote Moreno Junior, Maria Isabel Ferreira dos Santos, Helton Magalhães Dias, Luciana Helena Januzzi, Marina Ferreira dos Santos, Felipe Callegari Mello, Gabriel Andrade Ferreira, Fabio Martorano, Lucas Anversa Oliveira Reis, Tassia Moretz-Sohn Fernandes, Mauro Furquim de Almeida Baldijão, Fabio José Laniado, Maria Christina Pinheiro Machado Lyrio de Almeida, Eduardo Kawashita, Christian David Baggio de Almeida Hazaldine. Para participarem da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, que se realizará no dia 16 de janeiro de 2.019, quarta-feira, às 20h00 em primeira chamada, e em segunda chamada às 20h30 na sede do clube à Rua Martim Francisco, 494 – Santa Cecília/São Paulo (SP). A Assembleia Geral Ordinária irá deliberar sobre o seguinte assunto da "**ordem do dia**": a) Eleger e empossar os Membros do Conselho Fiscal, Presidente, Vice Presidente e Diretoria.São Paulo, 03 de Janeiro de 2019,Djalma Clementino dos Santos – Presidente.

VANDA MARIA DE OLIVEIRA PENNA ANTUNES DA CRUZ, Oficial do 16º Registro de Imóveis da Comarca da Capital, FAZ SABER a todos quanto este edital virem ou dele conhecimento tiverem, que nos termos do artigo 26 §4º, da Lei 9.514/97 e por solicitação do fiduciário **BANCO BRADESCO S/A**, com sede em Osasco - SP, Vila Yara, Núcleo Cidade de Deus S/N, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, **INTIMA** a fiduciante **INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PAPÉIS SAMPA LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.080.227/0001-00, com endereço na Estrada Maricá Marques, nº 890**,** Bairro Fazendinha - Santana de Parnaíba, nesta Capital, na pessoa de seu representante legal (sócio) **ARTUR ALVES MORAIS**, RG nº 11.812.590-4-SP, inscrito no CPF/MF nº 860.109.998-04, podendo ser encontrado na Estrada Maricá Marques, nº 890, Jardim Represa - Fazendinha, Santana de Parnaíba/SP, na Rua Onidio Barbosa de Souza nº 72 Jardim Felicidade, na Rua São Jorge, nº 27, Casa 01, Jardim Felicidade e na Rua Willian Furneau, nº 120, Apto 213, Edifício Bem - Te - Vi, no 31º Subdistrito - Pirituba, nesta Capital, para que no prazo de 15 dias, contados a partir da data da última publicação, efetue neste Registro de Imóveis, situado na Rua Pamplona nº 1593 - Jardim Paulista, a purgação da mora das prestações em atraso conforme planilha de débito, acrescida de juros e encargos, que se vencerem, até a data do efetivo pagamento. O não pagamento da quantia reclamada garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel matriculado sob nº 153.755, neste Registro, em favor do fiduciário. 03 ,04 e 05/01

Varejo pode deixar de faturar R$ 7,6 bi por causa de feriados

Por conta dos feriados nacionais, o varejo brasileiro pode deixar de faturar R$ 7,6 bilhões em 2019. A estimativa é da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomércioSP).

O montante, no entanto, representa apenas 0,4% de tudo o que o varejo fatura em um ano ou representa um dia e meio do comércio completamente fechado.

Segundo a entidade, esse valor é 32% inferior ao estimado em 2018 - R$ 11,2 bilhões - porque este ano haverá menos feriados e fins de semana prolongados.

No ano passado foram 15 dias entre feriados e fins de semana prolongados. Este ano serão dez. Nessa conta foram desconsiderados os feriados municipais e estaduais.

O setor que deve ser mais prejudicado com os feriados este ano é o de outras atividades (combustíveis, joias e relógios e artigos de papelaria, entre outros), que pode perder R$ 3,6 bilhões em 2019, segundo a Fecomércio.

Já a atividade de supermercados pode perder R$ 1,93 bilhão; a de farmácias e perfumarias R$ 1,1 bilhão; a de vestuário, tecidos e calçados R$ 801 milhões e a de móveis e decoração, R$ 620 milhões. (Agencia Brasil)

Velvet Participações S.A.

NIRE 35.300.185.412 - CNPJ/MF nº 04.431.039/0001-14

Extrato da Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 22.11.2018

Data, Hora e Local: 22.11.2018, às 11 horas, na sede, Rua Geraldo Flausino Gomes, nº 61, 14º andar, conjunto 141, Edifício Panambi, Brooklin, São Paulo/SP. **Convocação**: Dispensada. **Presença**: totalidade do capital social. **Mesa**: Presidente: João Guilherme Sabino Ometto; Secretário: Guilherme Fontes Ribeiro. **Deliberações Aprovadas**: **(i)** o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.03.2018, publicados no dia 14.11.2018, no Caderno Empresarial do DOESP (página 10), e no jornal "O Dia SP" (página 7). Os acionistas declaram ter tido acesso a todos esses documentos anteriormente à realização desta assembleia, considerando sanada a falta de publicação dos anúncios de que trata o artigo 133, na forma de seu § 4º, da Lei 6.404/76. **(ii)** O resultado do exercício findo em 31.03.2018 no valor de R$ 19.592.619,65 terá a seguinte destinação: **(a)** Reserva Legal de 5% no valor de R$ 939.554,30; **(b)** Dividendos a serem distribuídos aos acionistas no valor de R$ 4.462.882,92; e **(c)** Reserva de Retenção de Lucros no valor de R$ 14.190.182,43. **(iii)** Os acionistas resolveram que a remuneração global anual da Diretoria para o exercício social em curso com início em 01.04.2018 e término em 31.03.2019 será de até R$ 1.041.000,00. **(iv)** Foram reeleitos os seguintes diretores: a) João Guilherme Sabino Ometto, brasileiro, casado, empresário, RG nº 3.426.053 SSP/SP, CPF/MF nº 027.686.588-04, para o cargo de Diretor Presidente; b) Giovanna Mirone Ometto, brasileira naturalizada (nascida na Itália), casada, empresária, RG nº 2.689.037 SSP/SP, CPF/MF nº 204.348.718-34, para o cargo de Diretora Vice-Presidente; c) Adriana Mirone Ometto, brasileira, divorciada, empresária, RG nº 25.791.945-4 SSP/SP, CPF/MF nº 157.619.228-86, para o cargo de Diretora sem designação específica; d) José Carlos Mirone Ometto, brasileiro, casado, empresário, RG nº 24.932.377-1 SSP/SP, CPF/MF nº 132.486.708-60, para o cargo de Diretor sem designação específica; e) Daniela Ometto Ribeiro, brasileira, casada, empresária, RG nº 25.791.944-2 SSP/SP, CPF/MF nº 254.304.368-36, para o cargo de Diretora sem designação específica; todos residentes em São Paulo/SP, com mandato de 3 anos, até a realização da AGO que deliberar a aprovação das contas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31.12.2021. Os diretores ora reeleitos tomarão posse dos cargos para os quais foram eleitos mediante a assinatura dos termos de posse e deverão declarar não estar incursos em nenhum crime que os impeçam por lei de exercer atividades mercantis. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 22.11.2018. Mesa: Presidente: João Guilherme Sabino Ometto. Secretário: Guilherme Fontes Ribeiro. Acionistas: Giovanna Mirone Ometto e San Giovanni Participações Ltda. (p. João Guilherme Sabino Ometto). JUCESP nº 589.259/18-0 em 19.12.2018. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

Jottapar Participações S.A. - NIRE 35.300.196.406 - CNPJ/MF nº 46.997.060/0001-21

Extrato da Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 22.11.2018

Data, Hora e Local: 22.11.2018, às 09 horas, na sede, Rua Geraldo Flausino Gomes, 61, 14º andar, conjunto 141, Edifício Panambi, São Paulo/SP. **Presença**: totalidade do capital social. **Mesa**: Presidente: João Guilherme Sabino Ometto; Secretário: Guilherme Fontes Ribeiro. **Deliberações Aprovadas**: **(i)** o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.03.2018, publicados no dia 14.11.2018, no Caderno Empresarial do DOESP (página 9), e no jornal "O Dia SP" (página 6). Os acionistas declaram ter tido acesso a todos esses documentos anteriormente à realização desta assembleia, considerando sanada a falta de publicação dos anúncios de que trata o artigo 133, na forma de seu § 4º, da Lei 6.404/76. **(ii)** O resultado negativo do exercício findo em 31.03.2018 no valor de R$ 1.307.961,77 terá a seguinte destinação: **(a)** Absorção parcial pelo saldo da conta Reserva Legal no valor de R$ 402.218,68; **(b)** Transferência do saldo do prejuízo do exercício para conta de prejuízos acumulados no valor de R$ 885.674,90; e **(c)** Como ajuste de exercício anterior a crédito da conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados no valor de R$ 20.068,19. **(iii)** Os acionistas resolveram que a remuneração global anual da Diretoria para o exercício social em curso com início em 01.04.2018 e término em 31.03.2019 será de até R$ 27.500,00. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 22.11.2018. Acionistas: Giovanna Mirone Ometto, San Giovanni Participações Ltda. (p. João Guilherme Sabino Ometto), e Velvet Participações S.A. (p. João Guilherme Sabino Ometto). JUCESP nº 589.124/18-3 em 19.12.2018. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

Yuny Stan Projeto Imobiliário I S.A.

CNPJ/MF nº 11.939.724/0001-11 - NIRE nº 35.300.416.473 - **Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20/08/2018**

Aos 20/08/18, às 09 hs, na sede, com a totalidade. **Mesa:** Presidente: Marcos Mariz de Oliveira Yunes, Secretária: Luciana Cavalheiro Fleischner. **Deliberações:** 1. A redução do capital social, por ser excessivo às necessidades operacionais da Companhia, dos atuais R$ 110.592.083,66, para R$ 108.396.531,66, sendo, portanto, uma redução de R$ 2.195.552,00, com o cancelamento de 292.736 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e a restituição de R$ 1.097.776,000 à acionista Yuny Incorporadora S.A. e de R$ 1.097.776,000 à acionista BRMX Participações Ltda. 1.1. A redução do capital ora aprovada somente será efetivada após decorrido, sem impugnação, o prazo legal de 60 dias para a manifestação dos credores, contando das publicações exigidas pela Lei das S.A.. 1.2. Após o decurso do prazo para a efetivação da redução de capital, a administração da Companhia procederá à escrituração e assinatura do livro de registro de ações da Companhia. 2. Em razão da deliberação acima, o artigo 5º, do Estatuto Social, passa a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 108.396.531,66 totalizando 16.515.307 ações, divididas em (i): 13.848.640 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e com valor patrimonial de R$ 7,5001 por cada ação ordinária; e, (ii) 2.666.667 ações preferenciais, com prioridade na distribuição de dividendo fixo e cumulativo, sem valor nominal e com valor patrimonial de R$ 1,6987 por cada ação preferencial. §1º - Cada ação ordinária corresponderá a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. §2º - Os acionistas detentores de ações preferenciais possuem direito a voto exclusivamente com relação às matérias previstas no Artigo 12 deste Estatuto Social. Em caso de falta de pagamento do dividendo fixo prioritário em qualquer exercício posterior ao lançamento do primeiro Empreendimento, ficarão suspensas as limitações ao direito de voto dos acionistas detentores de ações preferenciais. §3º - O dividendo fixo prioritário e cumulativo será equivalente a 16% da receita das vendas das unidades autônomas que compõem os Empreendimentos, incluindo as receitas de correção monetária dos contratos com os adquirentes das unidades autônomas, bem como os juros, as multas e demais encargos cobrados dos adquirentes de tais unidades, descontados eventuais comissões e impostos incidentes, reconhecida segundo o regime de caixa. §4º - É vedada a emissão de parte beneficiaria pela Companhia." 3. Em vista da deliberação tomada no item 2 acima, as acionistas decidem consolidar o Estatuto Social, que se encontra arquivado na íntegra na sede da Companhia. **Nada mais.**

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
30º SUBDISTRITO IBIRAPUERA
OFICIAL - RODRIGO DINAMARCO

Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

ROBERT FELLIPE DO NASCIMENTO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO LIFE PLANNER, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (30/03/1983), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE JORGE CARLOS DO NASCIMENTO E DE MARILDES FERREIRA DO NASCIMENTO. **LUCIANA SUGIJAMA DE BEIJA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO PERSONAL TRAINER, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (26/01/1982), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE OSVALDO BISPO DE BEIJA E DE SUELI PEREIRA DE SUGIJAMA BEIJA.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais afixados em cartório.

EDITAL DE LEILÃO E DE INTIMAÇÃO DAS PARTES - A MM. Juíza de Direito, Doutora LUCIANA BIAGIO LAQUIMIA, da 17ª Vara Cível do Forum Central da Comarca de São Paulo/SP, na forma da lei, FAZ SABER, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da Ação ajuizada por **CARLOS RABADAN E MARIA JOSÉ CORREA RABADAN** contra **JAIR SIQUEIRA CALÇADO; ZILDA CALÇADO MATULLIS E MARIA CALÇADO MEDEIROS** - **Processo nº 0919630-25.1974.8.26.0100** e que foi designada a venda do imóvel abaixo descrito, através do portal eletrônico **www.nacionalleiloes.com.br**, conforme disposto no Novo CPC e regulamentado pelo Provimento CSM 1625/2009 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo-SP, bem como a intimação dos executados **JAIR SIQUEIRA CALÇADO, CPF: 042.857.608-78; ZILDA CALÇADO MATULIS, CPF: 279.111.798-91; E MARIZA CALÇADO MEDEIROS, CPF: 032.087.488-50,** para tomarem ciência das datas dos Leilões, nos termos do artigo 889, inciso I, do Novo CPC de acordo com as regras expostas a seguir: **DO IMÓVEL** - O imóvel será vendido em caráter "AD CORPUS" e no estado em que se encontra. A descrição detalhada e as fotos do imóvel a ser apregoado estão disponíveis no portal **www.nacionalleiloes.com.br. DA VISITAÇÃO** - Constitui ônus dos interessados examinar o imóvel a ser apregoado. As visitas, quando autorizadas, deverão ser agendadas via e-mail contato@nacionalleiloes.com.br. **DA PRAÇA** - A praça será realizada por MEIO ELETRÔNICO, através do portal www.nacionalleiloes.com.br **O 1º Leilão terá início em de 14 de janeiro 2019 às 11:00 horas e se encerrará em 17 de janeiro de 2019 às 11:00 horas. Não havendo lance igual ou superior à importância da avaliação nos 3 (três) dias subsequentes ao início do 1º Leilão; o 2º Leilão seguir-se-á sem interrupção, iniciando-se no dia 17 de janeiro de 2019 às 11:01 horas e se encerrará no dia 07 de fevereiro de 2019, às 11:00 horas. DO VALOR MÍNIMO DE VENDA DO IMÓVEL**- No primeiro pregão, o valor mínimo para a venda do imóvel apregoado será o valor da avaliação judicial. No segundo leilão, não serão aceitos lances inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação judicial. **DOS LANCES** - Os lances deverão ser ofertados pela Internet, através do Portal www.nacionalleiloes.com.br. **DOS DÉBITOS** - Preza o artigo 130, parágrafo único do CTN, a sub-rogação em caso de débitos fiscais sobre o respectivo preço. Assim, o arrematante não se responsabilizará pelo pagamento de débitos fiscais e tributários incidentes sobre o imóvel arrematado. Ficando responsável pelo pagamento dos débitos de outra natureza, tais como condomínio, água, luz e gás. Sendo dever do Arrematante a consulta dos débitos junto aos competentes órgãos e instituições, não podendo alegar desconhecimento de débitos e ônus existentes. **DA COMISSÃO DEVIDA AO LEILOEIRO** - O arrematante deverá pagar ao Leiloeiro, a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do preço de arrematação do imóvel. A comissão devida não está inclusa no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial, por razões alheias à vontade do arrematante, deduzidas as despesas incorridas. **DO PAGAMENTO** - O arrematante deverá efetuar o pagamento do lance ofertado, no prazo de até 24 horas após o encerramento da praça, através de guia de depósito judicial em favor do Juízo Responsável. * Os interessados em adquirir o bem em prestações poderão apresentar até o início do leilão sua proposta (conforme previsto pelo artigo 895 do Novo CPC) por escrito ao Leiloeiro, que encaminhará ao Juiz para apreciação. "**Art. 895** O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil. § 1o A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. § 2o As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. § 3o (VETADO). § 4o No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5o O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. § 6o A apresentação da proposta prevista neste artigo não suspende o leilão. § 7o A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. § 8o Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado: I - em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor; II - em iguais condições, o juiz decidirá pela formulada em primeiro lugar. § 9o No caso de arrematação a prazo, os pagamentos feitos pelo arrematante pertencerão ao exequente até o limite de seu crédito, e os subsequentes, ao executado.". **DO PAGAMENTO DA COMISSÃO** - O pagamento da comissão do Leiloeiro deverá ser realizado em até 24 horas a contar do encerramento da praça, através de depósito bancário (Banco Santander, Agência 1802 e Conta Corrente: 01.000697-8). **DA ADJUDICAÇÃO** - A partir da publicação do Edital, na hipótese de adjudicação do imóvel pelo exequente, este ficará responsável pela comissão devida ao Leiloeiro. **DA REMIÇÃO DA EXECUÇÃO** - Se o executado pagar a dívida antes de adjudicado ou alienado o imóvel, na forma do artigo 651, do Código de Processo Civil, deverá apresentar até a data e hora designadas para a praça, a guia comprobatória do referido pagamento, acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto à remição da execução, sendo vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado. Neste caso, deverá o executado pagar a importância atualizada da dívida, mais juros, custas, honorários advocatícios e, a partir da publicação do Edital, o valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) ao Leiloeiro, para ressarcimento de despesas de leilão. **DO ACORDO** - A partir da publicação do Edital, caso seja celebrado acordo entre as partes com suspensão da praça, fica o executado/exequente obrigado a pagar o valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) ao Leiloeiro, para ressarcimento de despesas de leilão. **DOS EMBARGOS À ARREMATAÇÃO** - No caso de interposição de recurso, a arrematação poderá ser suspensa pelo MM. Juiz responsável. As demais condições obedecerão ao que dispõe o CPC, o Provimento CSM no 1.625/09, do TJSP e o caput do artigo 335, do CP. Todas as regras e condições da Praça estão disponíveis no Portal www.nacionalleiloes.com.br. **OBSERVAÇÃO:** Se por qualquer motivo, a intimação pessoal do(s) executado(os), quando for(em) necessária, não se realizar efetivamente no endereço constante dos autos, incidirá a disposição do art. 238, parágrafo único do Código de Processo Civil e, em reforço, considerar-se-á a intimação feita pelo edital. **IMÓVEL A SER LEILOADO: UM PRÉDIO À RUA JOÃO TIBIRIÇA, nº 639, ALTO DA LAPA, NO 14º SUBDISTRITO LAPA, E O TERRENO MEDINDO 14 METROS DE FRENTE, POR 40 METROS DA FRENTE AOS FUNDOS DE AMBOS OS LADOS, COM ÁREA DE 560 M2, CONFRONTANDO DE AMBOS OS LADOS COM TERRENO DA CIA CITY, E NOS FUNDOS COM O PROJETADO JARDIM INTERNO. ENDEREÇO DO IMÓVEL: RUA JOÃO TIBIRIÇA, nº 639 - ALTO DA LAPA - SÃO PAULO/SP. CONTRIBUINTE nº 098.041.0057-6. MATRÍCULA nº 105.619 - DO 10º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA SÃO PAULO/SP. *AV 2 - PENHORA - ORDEM nº 1974-919630 - MARIA JOSÉ CORREA E CARLOS RABADAN X MARIZA CALÇADO MEDEIROS, JAIR SIQUEIRA CALÇADO E ZILDA CALÇADO MATULIS - 17ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL. AVALIADO EM JANEIRO DE 2017 POR R$ 1.203.000,00 (UM MILHÃO E DUZENTOS E TRÊS MIL REAIS) - CONFORME LAUDO DE FOLHAS 1264 e SEGUINTES. AVALIAÇÃO ATUALIZADA PARA AGOSTO DE 2018 (DE ACORDO COM TABELA PRÁTICA PARA CÁLCULO DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS DÉBITOS JUDICIAIS (DISPONIBILIZADA NO PORTAL ELETRÔNICO DO TJSP): R$ 1.262.579,17 (UM MILHÃO E DUZENTOS E SESSENTA E DOIS MIL E QUINHENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E DEZESSETE CENTAVOS).** E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, e para que produza os efeitos de direito, expediu-se o presente EDITAL, que será publicado em jornal de grande circulação e afixado em local de costume. E, de acordo com o Novo Código de Processo Civil, será também disponibilizado na rede mundial de computadores através do no portal eletrônico: www.nacionalleilões.com.br. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 03 de agosto de 2018. LUCIANA BIAGIO LAQUIMIA - Juiza de Direito.

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
29º SUBDISTRITO SANTO AMARO
OFICIAL - MARCO ANTONIO CORREA MONTEIRO

Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

EDUARDO DO NASCIMENTO SILVA, ESTADO CIVIL VIÚVO, PROFISSÃO FEIRANTE, NASCIDO EM FLORIANO, PI NO DIA (08/01/1966), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE OTACILIO PEREIRA DA SILVA E DE TERESA OLIVEIRA DO NASCIMENTO SILVA. **MARINEIDE DE OLIVEIRA VITÓRIA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO AUXILIAR ADMINISTRATIVO, NASCIDA EM FEIRA DE SANTANA, BA NO DIA (27/09/1968), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE HERMES ALVES VITÓRIA E DE LUIZA DE OLIVEIRA VITÓRIA.

FABIO ANDRE CORREA ROBLES BAENA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO MILITAR, NASCIDO EM TABOÃO DA SERRA, SP NO DIA (24/01/1994), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE EZIQUIEL ROBLES BAENA E DE NANCI DE ALMEIDA CORREA BAENA. **AMANDA BARROS CORREIA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO AUXILIAR ADMINISTRATIVO JUNIOR, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (07/05/1995), RESIDENTE E DOMICILIADA DIADEMA, SP, FILHA DE LUIZ FLAVIO CORREIA E DE SANDRA CRISTINA SOUSA BARROS.

NELSON ROGERIO CASTILHO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO EMPRESÁRIO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (18/02/1978), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE NELSON CASTILHO E DE AGRICOLA CARNEIRO DE FREITAS CASTILHO. **CAMILA DO NASCIMENTO MELO,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO PUBLICITÁRIA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (14/05/1983), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE MILTON BARBOSA DE MELO E DE ANA MARIA DO NASCIMENTO MELO.

CÉLIO SOARES DE OLIVEIRA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PORTEIRO, NASCIDO EM ESPLANADA, BA NO DIA (13/09/1981), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA E DE AMBROSINA SOARES. **FABIANA MARIA DA CONCEIÇÃO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO OPERADORA DE CAIXA, NASCIDA EM PALMEIRA DOS INDIOS, AL NO DIA (28/09/1981), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE ALAÍDE MARIA DA CONCEIÇÃO.

GUIDO GUILHERME VIANI, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ECONOMISTA, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (11/09/1981), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE LAERCIO VIANI E DE DALVA FERNANDES VIANI. **CÁTIA MARIA GREJO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ADVOGADA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (29/04/1982), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE ROBERTO GREJO E DE SUELY PIERROTTI GREJO.

MARIO CÉSAR XAVIER DE OLIVEIRA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO AUXILIAR ADMINISTRATIVO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (11/05/1992), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE MARIO DILSON XAVIER SOARES E DE JOANITA ANTONIA DE OLIVEIRA. **ALAINE TAOANE SILVA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO , NASCIDA EM COTIA, SP NO DIA (28/04/1993), RESIDENTE E DOMICILIADA ITAPECERICA DA SERRA, SP, FILHA DE NIVALDO DA SILVA E DE CLEIDE APARECIDA DE JESUS.

THIAGO DE LIMA SOUZA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO AUXILIAR DE DEPÓSITO, NASCIDO EM ITAMBÉ, PE NO DIA (04/10/1987), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ERANDI PEREIRA DE SOUZA E DE MARIA DA CONCEIÇÃO DE LIMA SOUZA. **ADRIANA FERREIRA SANTANA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ANALISTA FINANCEIRO, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (28/10/1990), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE MAURICIO JOSÉ DE SANTANA E DE RITA DAMASCENO FERREIRA SANTANA.

CLAYTON AKIHITO HAYASHI, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ANALISTA DE ARTE, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (14/06/1989), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE TETSUO HAYASHI E DE MARGARIDA HIROKO HAYASHI. **FABIANA DE MORAES LOZANO BENAZZI,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ESCREVENTE JUDICIARIO, NASCIDA EM ITAPEVI, SP NO DIA (14/06/1989), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE ROBERTO LOZANO BENAZZI E DE IVONETE APARECIDA DE MORAES BENAZZI.

ALAN BARBOZA DOS SANTOS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO VENDEDOR, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (26/07/1989), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE AUGUSTO OLIVEIRA DOS SANTOS E DE ROSINEIDE CRISTINA BARBOZA DOS SANTOS. **ANA CLÁUDIA FERNANDES DOS SANTOS LOPES,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO OPERADORA DE CADASTRO, NASCIDA EM PALMEIRA DOS INDIOS, AL NO DIA (22/07/1992), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ CLÁUDIO FERREIRA LOPES E DE ALDIENE FERNANDES DOS SANTOS.

CARLOS ANTONIO DA SILVA, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO AGENTE DE CORREIOS, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (27/12/1982), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ANTONIO LIDIO DA SILVA E DE FILOMENA DA SILVA. **LARISSA SOUZA RIVA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO CABELEIREIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (14/12/1999), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE PAULO CEZAR RIVA E DE ARETHA DOS SANTOS SOUZA RIVA.

JURACY DE SOUZA SANTOS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PORTEIRO, NASCIDO EM UBAITABA, BA NO DIA (06/10/1966), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE PEDRO JOSÉ DOS SANTOS E DE EDINALVA AMÉLIA DE SOUZA. **MARIA APARECIDA AUGUSTA FERREIRA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO BABÁ, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (09/06/1975), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ FERREIRA DE ARAUJO E DE MARIA DAS NEVES AUGUSTA FERREIRA.

THIAGO HENRIQUE MACEDO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO JORNALISTA, NASCIDO EM SANTA MARIANA, PR NO DIA (12/04/1984), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ALBERTO CARLOS MACEDO E DE IVONILDE DOS SANTOS REIS MACEDO. **CAMILA SENHORINHA MUNIZ,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO JORNALISTA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (28/05/1985), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ ANDRÉ RODRIGUES MUNIZ E DE DIRCE SENHORINHA DA SILVA MUNIZ.

NAYARA ALVES DOS SANTOS, ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO GERENTE COMERCIAL, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (12/09/1995), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE VALARINO SOARES DOS SANTOS E DE SUELI ALVES DE SOUZA. **ANNAISE CERQUEIRA DE JESÚS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO VENDEDORA, NASCIDA EM IPIAÚ, BA NO DIA (25/05/1983), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE EPAMINONDAS JÚLIO DE JESUS E DE SILVIA LÚCIA CERQUEIRA DE JESUS.

ROBSON OLIVEIRA DOS REIS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO FUNILEIRO, NASCIDO EM VITÓRIA DA CONQUISTA, BA NO DIA (13/12/1986), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOATÃ MANUEL DOS REIS E DE MARIA RAQUEL OLIVEIRA REIS. **ALINE SILVA DE ANDRADE,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ATENDENTE, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (27/03/1989), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSE CARDOSO DE ANDRADE E DE LINDINALVA MARIA DA SILVA.

KOMLAVI THON, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO AUXILIAR DE PRODUÇÃO, NASCIDO EM ÁFRICA NO DIA (04/04/1982), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE KODJO ACOHIN THON E DE NASSAME AYABAVI MINASSEH D'ALMEIDA. **LUCIANA MARIA DE LIMA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DOMÉSTICA, NASCIDA EM QUEIMADAS, PB NO DIA (16/08/1973), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE SEVERINO JUVINO DE LIMA E DE RITA MARIA DE LIMA.

BRUNO MARANGON TRAVESSA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ANALISTA DE SISTEMAS, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (08/02/1993), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE CARLOS JOSÉ TRAVESSA E DE ROSINEIDE MARANGON TRAVESSA. **THALITA LIMA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO SECURITÁRIA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (08/12/1996), RESIDENTE E DOMICILIADA TABOÃO DA SERRA, SP, FILHA DE ANTONIO FRANCISCO PEREIRA LIMA E DE MARIA ELENIR FAGUNDES DOS SANTOS LIMA.

JULIANO SILVA DOS SANTOS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO AUXILIAR FINANCEIRO, NASCIDO EM MACEIÓ, AL NO DIA (14/12/1992), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSE JORGE DOS SANTOS E DE ADELSA MARIA DA SILVA. **LUANA MARTINS PINTO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO AUXILIAR ADMINISTRATIVO, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (23/06/1999), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE LUCIANO EURIVAL PINTO E DE FRANCISCA SILVANIA MARTINS CAVALCANTE.

ADINAELSON JESÚS SILVA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO REJUNTADOR, NASCIDO EM VARZEA DA ROÇA, BA NO DIA (08/03/1993), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE VALMIR NUNES DA SILVA E DE MATILDE DE JESÚS SILVA. **ROSANA CONCEIÇÃO SILVA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO BABÁ, NASCIDA EM SANTO ESTEVÃO, BA NO DIA (15/03/1996), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ DO ESPIRITO SANTO SILVA E DE MARINESIA CONCEIÇÃO SILVA.

KOMLAVI THON, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO AUXILIAR DE PRODUÇÃO, NASCIDO NA AFRICA, NO DIA (04/04/1982), RESIDENTE E NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE KODJO ACOHIN THON E DE NASSAME AYABASSEH D'ALMEIDA. **LUCIANA MARIA DE LIMA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA. PROFISSÃO DOMÉSTICA, NASCIDA EM QUEIMADAS, PB NO DIA (16/08/1973), DOMICILIADA E RESIDENTE NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO SP, FILHA DE SEVERINO JUVINO DE LIMA E DE RITA MARIA DE LIMA.

DURANIQUIDES CICERO DE SANTANA, ESTADO CIVIL VIÚVO, PROFISSÃO RADIALISTA, NASCIDO EM CAMARAGIBE, PE NO DIA (18/04/1957), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ CICERO DE SANTANA E DE ELIZABETE GALDINO DE SANTANA. **MARLENE BARBOSA DA SILVA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ASSISTENTE ESPORTES, NASCIDA EM CHÃ DO ROCHA-OROBÓ, PE NO DIA (26/04/1965), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ FRANCISCO DA SILVA E DE JOSEFA FERREIRA BARBOSA.

ALEXANDRE TORO BATISTA, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO FERRAMENTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (29/11/1976), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOÃO BATISTA E DE IZABEL TORO BATISTA. **THAYNÁ GONÇALVES,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO AUXILIAR ADMINISTRATIVO, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (14/05/1995), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JORGE LUIZ GONÇALVES E DE FATIMA APARECIDA DA SILVA MARIA.

PAULO ROBERTO BERNARDO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO MOTORISTA, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (19/02/1987), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE WALDIR ROBERTO BERNARDO E DE JOAQUINA DE AMORIM. **MILENE DOS SANTOS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO COPEIRA, NASCIDA EM GANDU, BA NO DIA (27/11/1994), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOÃO BATISTA DOS SANTOS E DE EMILIA SILVA DOS SANTOS.

CELESTINE ONYEBUCHI ONONIWU, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO VENDEDOR, NASCIDO EM NIGÉRIA NO DIA (14/05/1990), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE PETER ONONIWU E DE JOY ONONIWU. **VANESSA MARIA DE LIMA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ESTUDANTE, NASCIDA EM MORUNGABA, SP NO DIA (28/09/1988), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE BENEDITO DE LIMA E DE MARIA DE LOURDES BARRETO LIMA.

EDINALDO ANTONIO DO NASCIMENTO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO COPEIRO, NASCIDO EM AMARAJI, PE NO DIA (21/12/1966), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE MANOEL ANTONIO DO NASCIMENTO E DE MARIA DO SOCORRO MARTINS. **HELOISA HELENA DOS SANTOS,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (25/04/1971), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE LUIZ CARLOS BORGES DOS SANTOS E DE LENY MARIA DOS SANTOS.

EVANDRO PORDEUS LOURENÇO, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO LIDER DE EXPEDIÇÃO, NASCIDO EM APARECIDA, PB NO DIA (22/02/1977), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSE LOURENÇO DE SOUSA E DE PAULINA LEITE PORDEUS DE SOUSA. **GISELE FERREIRA LIMA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO SEGURANÇA PESSOAL, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (09/11/1981), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE LOURIVALDO PEREIRA LIMA E DE VERA REGINA FERREIRA.

WELINGTON DE JESUS SANTANA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO CHEFE DE MANUTENÇÃO, NASCIDO EM IGUAÍ, BA NO DIA (24/08/1991), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ELIVALDO DE JESUS SANTANA E DE EUNICE DE JESUS SANTANA. **ESPEDITA JOELMA SILVA GOMES,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO CONTROLADORA DE ACESSO, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (24/02/1993), RESIDENTE E DOMICILIADA SÃO PAULO, SP, FILHA DE GERALDO GOMES DA SILVA E DE RITA DA CONCEIÇÃO SILVA GOMES.

DIONEI MONÇÃO BONFIM JÚNIOR, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO CONTROLADOR DE ACESSO, NASCIDO EM CAMPINAS, SP NO DIA (04/03/1998), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE DIONEI MONÇÃO BONFIM E DE VERA LUCIA VIDAL BONFIM. **SHAMAYA KAREN DE OLIVEIRA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM CAMPINAS, SP NO DIA (26/03/2000), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE NERAY DE OLIVEIRA BENTO E DE ELAINE FRANCISCO DOS SANTOS.

DANIEL BRITO DUARTE ESTEVES MAINHO, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO TÉCNICO DE ESQUADRIAS, NASCIDO EM PORTUGAL NO DIA (12/12/1976), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ÁLVARO DUARTE ESTÊVES MAINHO E DE JÚLIA DE JESUS BRITO ESTÊVES. **ROSILEI APARECIDA DE ASSIS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO EMPRESÁRIA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (29/03/1975), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE APARECIDA PEREIRA DE ASSIS.

ANDRÉ AURELIANO DOS SANTOS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PORTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (12/06/1988), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE CLAUDIO JOSÉ DOS SANTOS E DE CLAUDENICE LUCIA AURELIANO DOS SANTOS. **NATÁLIA PEREIRA FAGUNDES,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO GERENTE ADMINISTRATIVO, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (02/02/1985), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JORGE RODRIGUES FAGUNDES E DE NEIDE PEREIRA FAGUNDES.

YAGO TEIXEIRA DO NASCIMENTO SAMPAIO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ATENDENTE, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (14/10/1992), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE LUCIO SAMPAIO E DE FRANCISCA TEIXEIRA DO NASCIMENTO. **TAMIRES DA SILVA BARROS,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO OPERADORA DE CAIXA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (28/06/1991), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ ALDO FRANÇA BARROS E DE IONE FLORENCIO DA SILVA BARROS.

ALAN PINHEIRO NERY, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO MOTION DESIGNER, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (21/10/1992), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE MIGUEL BOMFIM NERY E DE DAMIANA XAVIER PINHEIRO. **MELISSA SILVA DE SOUZA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (03/03/1994), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE RAIMUNDO SANTOS DE SOUZA E DE MAISA SANTOS DA SILVA.

MOISÉS VIEIRA DE MORAIS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO POLICIAL CIVIL, NASCIDO EM BARUERI, SP NO DIA (11/07/1983), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE RAIMUNDO LOPES DE MORAIS E DE MARIA VIEIRA DA SILVA. **ADRIANA DE SIQUEIRA LEITE,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO SECRETARIA EXECUTIVA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (04/06/1988), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE ANGELO NELSON LEITE E DE IVONE DE SIQUEIRA VAZ LEITE.

CAIQUE COSTA FARIAS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ESTOQUISTA, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (10/03/1997), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ CARLOS DA COSTA FARIAS E DE JOSILENE DA SILVA FARIAS. **CAMILA VIEIRA DOS SANTOS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM DIADEMA, SP NO DIA (24/10/1995), RESIDENTE E DOMICILIADA DIADEMA, SP, FILHA DE UILIO VICENTE DOS SANTOS E DE VALDELICE VIEIRA DOS SANTOS.

ELIAS PEREIRA DA SILVA JÚNIOR, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO MOTOFRETISTA, NASCIDO EM TABOÃO DA SERRA, SP NO DIA (14/07/1982), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ELIAS PEREIRA DA SILVA E DE LUZIA DE OLIVEIRA SILVA. **JÉSSICA FREITAS GOMES,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ANALISTA DE QUALIDADE, NASCIDA EM BELO HORIZONTE, MG NO DIA (20/05/1991), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JURACI GOMES DOS SANTOS E DE RUTH DE CÁSSIA FREITAS VIANA GOMES.

ROBERTO VENCESLAU DE LIMA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ASSISTENTE DE TI, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (14/08/1992), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ROBERTO JESUS DE LIMA E DE ROSELI DA CONCEIÇÃO BARBOSA LIMA. **ARIANE DE SOUZA SANTOS,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO AUXILIAR ADMINISTRATIVO, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (15/08/1991), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ ORLANDO DOS SANTOS E DE CARMEN DE SOUZA SANTOS.

HENRIQUE SENA DA SILVA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ENGENHEIRO DE SISTEMAS, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (13/11/1991), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE SERGIO GOMES DA SILVA E DE MAURICEIA PEREIRA DE SENA GOMES DA SILVA. **EVELYN SILVA EUGENIO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO BANCÁRIA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (16/06/1993), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE GRIMALDO AFONSO EUGENIO E DE MARIA GORETTI DA SILVA EUGENIO.

GUTEMBERG APOLINÁRIO NASCIMENTO, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO BANCARIO, NASCIDO EM CAMPINA GRANDE, PB NO DIA (01/06/1981), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE FRANCISCO DE ASSIS DO NASCIMENTO E DE MARIA DA GLORIA APOLINARIO NASCIMENTO. **CLÁUDIA ELISA RADTKE SCHWARZ,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO BANCARIA, NASCIDA EM SÃO LEOPOLDO, RS NO DIA (04/02/1983), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE FRANCISCO REINOLDO SCHWARZ E DE ELISABETH MARIA RADTKE SCHWARZ.

MAX WILLIAN COSTA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO VIGIA, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (27/01/1994), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE VALDINEI JUVENCIO DA COSTA E DE TERESINHA LUISA COSTA. **CAMILA TAMANAKA MORILLA,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO RECEPCIONISTA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (23/11/1994), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE EDUARDO AUGUSTO MORILLA E DE VERONICA TAMANAKA MORILLA.

RAFAEL LEONARDO MARTINES BALAGUER, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO CONSULTOR DE T.I, NASCIDO EM SANTO ANDRÉ, SP NO DIA (19/11/1989), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ALBERTO KLEQUE BALAGUER E DE NEIDE LEONARDO MARTINES. **ANDRÉIA VAZQUEZ SALMAZO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO PSICOLOGA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (17/09/1990), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE SILVESTRE SALMAZO E DE SILVIA VAZQUEZ SALMAZO.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais afixados em cartório.

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
DISTRITO DE PARELHEIROS
OFICIAL - ODÉLIO ANTONIO DE LIMA

Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

FABIO FERREIRA GOMES E CLEAR ALVARISTO. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, SERVIÇOS GERAIS, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 22/11/1983, RESIDENTE E DOMICILIADO SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSE FERREIRA GOMES E DE ELENA MIGUEL. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, MANICURE, SOLTEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 27/03/1985, RESIDENTE E DOMICILIADA SÃO PAULO, SP, FILHA DE GILSON ALVARISTO E DE IVANIR ALVARISTO.

MÁICON DA SILVA SANTOS E FLAVIA LEMOS MENEZES. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, , DIVORCIADO, NASCIDO EM ITORORÓ, BA, NO DIA 09/12/1986, RESIDENTE E DOMICILIADO SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ CRISPIM SANTOS FILHO E DE MARILEIDE NASCIMENTO DA SILVA. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, SOLTEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 28/04/1994, RESIDENTE E DOMICILIADA SÃO PAULO, SP, FILHA DE FERNANDO FRANCISCO MENEZES E DE MARILZA APARECIDA LEMOS MENEZES.

OSÉIAS OLIVEIRA DE LIMA E GISLENE PEREIRA DA SILVA. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, VIGILANTE, DIVORCIADO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 24/05/1979, RESIDENTE E DOMICILIADO SÃO PAULO, SP, FILHO DE CIRÇO SABINO DE LIMA E DE MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA DE LIMA. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUIDADORA DE IDOSOS, DIVORCIADA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 18/08/1974, RESIDENTE E DOMICILIADA SÃO PAULO, SP, FILHA DE ANTONIO PEREIRA DA SILVA E DE PENHA PEREIRA DA SILVA.

BRUNO JOSÉ DE MENEZES E ADRIANO PEREIRA SILVEIRA. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AUTÔNOMO, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 19/08/1994, RESIDENTE E DOMICILIADO SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ BONIFACIO DE MENEZES E DE SONIA FLORENCIO DE MENEZES. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AUTÔNOMO, SOLTEIRO, NASCIDO EM SANTA MARIA, RS, NO DIA 08/06/1999, RESIDENTE E DOMICILIADO SÃO PAULO, SP, FILHO DE E DE LISIANE PEREIRA SILVEIRA.

EVERTON MARTINS DOS SANTOS E INGRID XAVIER RODRIGUES. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, TESTADOR DE SOFTWARE, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 23/07/1996, RESIDENTE E DOMICILIADO SÃO PAULO, SP, FILHO DE ADÃO OLIVEIRA DOS SANTOS E DE ELIZABETH DE JESUS MARTINS DOS SANTOS. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, BABÁ, SOLTEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 29/06/1995, RESIDENTE E DOMICILIADA SÃO PAULO, SP, FILHA DE JULIO CESAR FERNANDES RODRIGUES E DE VALQUIRIA FERNANDES XAVIER RODRIGUES.

MANGIERRE BARROS MARTINS E ALINE MARTINS DO CARMO. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, ANALISTA DE SISTEMAS, SOLTEIRO, NASCIDO EM MULUNGU DO MORRO, BA, NO DIA 13/09/1994, RESIDENTE E DOMICILIADO SÃO PAULO, SP, FILHO DE GILSON MARTINS DOS ANJOS E DE ANTÔNIA MONTEIRO BARROS. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, DO LAR, SOLTEIRA, NASCIDA EM DIADEMA, SP, NO DIA 22/11/1992, RESIDENTE E DOMICILIADA SÃO PAULO, SP, FILHA DE SEVILHO SANTOS DO CARMO E DE SEVERINA MARTINS DO CARMO.

EMANOEL ARAUJO DOS SANTOS E ERIKA SOUSA JARDIM. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AJUDANTE GERAL, SOLTEIRO, NASCIDO EM SANTO ANDRÉ, SP, NO DIA 26/11/1996, RESIDENTE E DOMICILIADO SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSE CARLOS DOS SANTOS E DE DEBORA PAULA DOS SANTOS ARAUJO. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AJUDANTE GERAL, SOLTEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 22/08/1998, RESIDENTE E DOMICILIADA SÃO PAULO, SP, FILHA DE ADRIANO MOREIRA JARDIM E DE MARIA FRANCISCA DE SOUSA.

ANDRÉ ARAUJO PAIVA E JULIANE ROCHA MAGALHÃES CARDOSO. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, ESTAGIÁRIO DE ENGENHARIA, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 06/02/1994, RESIDENTE E DOMICILIADO SÃO PAULO, SP, FILHO DE ANTONIO CAVALCANTE PAIVA E DE MARIA SOCORRO ARAUJO. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, PEDAGOGA, SOLTEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 26/08/1996, RESIDENTE E DOMICILIADA SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ LUIZ DE MAGALHÃES CARDOSO E DE LUZIA ROCHA MAGALHÃES CARDOSO.

EVALDO DA SILVA E EDINEIA PEREIRA DA SILVA. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, TROCADOR ÓLEO, SOLTEIRO, NASCIDO EM SANTANA DO IPANEMA, AL, NO DIA 02/10/1982, RESIDENTE E DOMICILIADO SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ BELARMINO DA SILVA E DE MARILUCE RODRIGUES DA SILVA. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AGENTE DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR, DIVORCIADA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 05/04/1983, RESIDENTE E DOMICILIADA SÃO PAULO, SP, FILHA DE GERSON FRANCISCO DA SILVA E DE EDNA PEREIRA DA SILVA.

WILLIAM GONAZAGA DA CUNHA E RENATA GUIMARÃES ALVES. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AGENTE DE SERVIÇOS JUNIOR, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 31/07/1989, RESIDENTE E DOMICILIADO SÃO PAULO, SP, FILHO DE NORIVAL GONZAGA CUNHA E DE CREUSA MARIA DA CUNHA. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AUXILIAR DE COZINHA, SOLTEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 30/04/1988, RESIDENTE E DOMICILIADA SÃO PAULO, SP, FILHA DE FLAVIO APARECIDO ALVES E DE MARIA DOS ANJOS GUIMARÃES ALVES.

FERNANDO MARQUEZANI BITTENCOURT E LUANA XAVIER MOURA. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, , SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 28/10/1994, RESIDENTE E DOMICILIADO SÃO PAULO, SP, FILHO DE ANTONIO JOSÉ BITTENCOURT E DE IZABEL LUIZA MARQUEZANI BITTENCOURT. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AUXILIAR DE ENFERMAGEM, SOLTEIRA, NASCIDA EM SÃO CAETANO DO SUL, SP, NO DIA 05/07/1992, RESIDENTE E DOMICILIADA SÃO PAULO, SP, FILHA DE LUIS DE JESUS MOURA E DE LENI XAVIER DE ALENCAR.

CHRISTIAN SANDEY DA SILVA E LEANDRA BARBOSA FERREIRA. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AUTÔNOMO, SOLTEIRO, NASCIDO EM JUQUIÁ, SP, NO DIA 05/06/1986, RESIDENTE E DOMICILIADO SÃO PAULO, SP, FILHO DE MISAEL DA SILVA E DE LUZIA FERNANDES ROSA SILVA. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AJUDANTE DE COZINHA, SOLTEIRA, NASCIDA EM CUBATÃO, SP, NO DIA 31/05/1986, RESIDENTE E DOMICILIADA SÃO PAULO, SP, FILHA DE MANOEL MIRANDA FERREIRA E DE MARIA DALVANICE BARBOSA.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais afixados em cartório.